

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: A AMAZÔNIA E POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO**

ALDINA GOMES DE ASSUNÇÃO

**DINÂMICA TERRITORIAL EM JACI-PARANÁ: REFLEXOS DA
IMPLANTAÇÃO DAS HIDRELÉTRICAS DO RIO MADEIRA**

**PORTO VELHO – RO
2011**

ALDINA GOMES DE ASSUNÇÃO

**DINÂMICA TERRITORIAL EM JACI-PARANÁ: REFLEXOS DA
IMPLANTAÇÃO DAS HIDRELÉTRICAS DO RIO MADEIRA**

Dissertação apresentada a Universidade Federal de Rondônia, como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia, junto ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Geografia, área de concentração A Amazônia e Políticas de Desenvolvimento. Linha de Pesquisa: Gestão do Território.

Prof. Dr. Dorisvalder Dias Nunes - Orientador

**PORTO VELHO – RO
2011**

FICHA CATALOGRÁFICA
BIBLIOTECA PROF. ROBERTO DUARTE PIRES

A851d

Assunção, Aldina Gomes de.

Dinâmica territorial em Jaci-Paraná: reflexos da implantação das hidrelétricas do Rio Madeira. / Aldina Gomes de Assunção. Porto Velho, Rondônia, 2011.
87f.: il.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Núcleo de Ciências e Tecnologia (NCT), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, Rondônia, 2011.

Orientador: Prof. Dr. Dorisvalder Dias Nunes.

1. População. 2. Usinas Hidrelétricas. 3. Impactos. 4. Dinâmica Territorial. I. Título.

CDU: 911.3(811.1)

Bibliotecária Responsável: Eliane Gemaque / CRB 11-549



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DE RONDÔNIA



NÚCLEO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE MESTRADO EM GEOGRAFIA

PPGG

ATA DE DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Aldina Gomes de Assunção

A Banca de defesa de Mestrado presidida pelo orientador Prof. Dr. Dorisvalder Dias Nunes e constituída pelos examinadores Profa. Dra. Maria das Graças S. N. Silva e pelo Prof. Dr. Antônio Cláudio Barbosa Rabello, reuniu-se no dia 31 de março de 2011, às 09:00 horas na sala Josué de Castro, no prédio do Mestrado em Geografia, sito no Campus Universitário José Ribeiro Filho - Campus UNIR, para avaliar a Dissertação de Mestrado intitulada "*Dinâmica Territorial em Jaci-Paraná: Reflexos da Implantação das Hidrelétricas do Rio Madeira*" da mestrande ALDINA GOMES DE ASSUNÇÃO matrícula 200811493. Após a explanação da mestrande, e sua arguição pela Banca Examinadora, a referida dissertação foi avaliada e de acordo com as normas estabelecidas pelo Regimento do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia foi considerada APROVADA. Conforme determinação do Colegiado do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia, a candidata tem o prazo de até 90 (noventa) dias, a contar desta data, para realizar as correções sugeridas pela banca e entregar as cópias definitiva de sua dissertação.

Porto Velho, 31 de março de 2011.

Prof. Dr. Dorisvalder Dias Nunes
Orientador

Profa. Dra. Maria das Graças Silva Nascimento Silva
Examinadora

Prof. Dr. Antônio Cláudio Barbosa Rabello
Examinador

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos familiares e amigos pelos ensinamentos, contribuição e incentivos durante a trajetória de vida pessoal e acadêmica.

Ao orientador Prof. Dr. Dorisvalder Dias Nunes, que contribuiu de maneira especial ao longo da minha vida acadêmica e colaborou ao longo desta pesquisa, com sugestões, incentivos e críticas, agradeço também pela possibilidade de participação ao grupo de pesquisa Geografia e Planejamento Ambiental – GEOPLAN.

Aos professores e colegas do Laboratório de Geografia e Planejamento Ambiental – LABOGEOPA: Ao professor Antônio Rabello (Tuninho) pela leitura dos textos e pronta disposição em ajudar; a Maria Madalena Cavalcante pela amizade, incentivo, leitura dos textos e pelas diversas conversas ao longo da pesquisa; ao professor Ricardo Gilson pela disponibilidade do acervo bibliográfico.

Aos amigos Diego Lus, Mirtilene Lopes pelo apoio nas atividades de pesquisa de campo; Michel Watanabe pelo auxílio na confecção dos mapas. Obrigada pela amizade e companheirismo.

Aos colegas de laboratório Roseane Santos, Tamires Cunha, Sari Possari, Gizele Carvalho, Débora Cruz e Janielson Silva, pelo apoio e contribuição ao longo da trajetória de pesquisa acadêmica.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia pela oportunidade de aprender e fazer pesquisa, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES pela concessão de bolsa de estudos. Agradeço ainda, ao Flávio Nascimento e Gigliane Renata pela assistência e pronto atendimento na secretaria do mestrado.

Aos colegas da Pós-Graduação Nubia Caramello, Gabrielle Pellucio, Veronica Cordovil, Lorenzo Villar e Charles Barata, pela troca de experiências, apoio e amizade. Ficou a saudade dos momentos de descontração e das boas risadas.

Aos entrevistados do Distrito de Jaci-Paraná pela contribuição nas entrevistas e a todos que contribuíram de forma direta e indireta na realização da pesquisa.

Agradeço a Deus pelo dom da vida e por todas as bênçãos que me concedeu para a conclusão deste trabalho.

Embora da orientação e auxílio prestado no desenvolvimento do trabalho, a autora assume inteira responsabilidade pelas possíveis deficiências encontradas.

Nunca me esquecerei desse acontecimento na vida de minhas retinas tão fatigadas.
Nunca me esquecerei que no meio do caminho tinha uma pedra
tinha uma pedra no meio do caminho
no meio do caminho tinha uma pedra.

(Carlos Drummond de Andrade)

RESUMO

O objetivo principal deste trabalho foi analisar a dinâmica territorial no Distrito de Jaci-Paraná, buscando evidenciar os reflexos socioeconômicos que se constitui a partir da implantação do complexo hidrelétrico no rio Madeira, apresentando o aspecto conceitual do uso do território e sua dinâmica territorial, procurando entender como tal transformação local delineará o território para a população inserida neste processo. A construção das usinas hidrelétricas pode tornar o Distrito em um exemplo da complexidade e desigualdade de desenvolvimento econômico, apresentando como consequência deste processo: impacto social, econômico, cultural e ambiental. A imposição de uma nova dinâmica no território é resultante de crescimento desordenado da população, do agravamento de problemas socioeconômicos já existentes na área urbana de Jaci-Paraná. A abordagem qualitativa foi utilizada como a metodologia apropriada para o entendimento dos conteúdos teóricos e empíricos da temática investigada, usado como estratégia de pesquisa o estudo de caso e o instrumento de pesquisa: questionários, para assim obter os objetivos propostos e identificar os problemas na área de estudo. Os problemas sociais e econômicos da sociedade são agravados a partir de ocupações de uma nova população, os impactos negativos ocasionados são mais evidenciados perante os impactos positivos, Jaci-Paraná precisa de projetos que tenha verdadeiramente reflexos de melhorias sobre as condições sociais e econômicas, que as ações planejadas como medidas compensatórias ofereçam o suporte necessário e contribua com as necessidades básicas de qualidade de vida dos moradores.

ABSTRACT

The main objective of this study, was to analyze the territorial dynamics at the district of Jaci-Paraná, seeking to emphasize the socioeconomic consequences that are made through the implementation of the hydroelectric complex in Rio Madeira showing the conceptual aspect of the use of the territory and its territorial dynamics, aiming to understand how such a local transformation will outline the territory for the population included in this process. The construction of hydroelectric power plants can make the district an example of the complexity and unequal economic development, presenting as a result of this process: social, economic, cultural and environmental impact. The imposition of new dynamics in the territory is the result of uncontrolled growth of population, the worsening of socio-economic problems already existing in the urban area of Jaci-Paraná. The qualitative approach was used as the appropriate methodology for understanding the theoretical and empirical subjects of the investigated theme, used as a research strategy, the study case and the survey instrument: questionnaires, so that, to obtain the proposed goals and identify problems in the area of study. The social and economic problems of society get worse from the occupation of a new population, caused negative impacts are more evident before positive impacts, Jaci-Paraná needs projects that have truly results of improvements in social and economic condition, that the planned actions as compensatory measures provide the necessary support and contribute with basic needs for quality of life of residents.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Lista de Figuras

Fig. 01 – Os Distritos que estão na área de abrangência do empreendimento Hidrelétrico	22
Fig. 02 – Impactos na fase de construção de Hidrelétrica	39
Fig. 03 – Localização dos Empreendimentos AHE Santo Antônio e AHE Jirau	42
Fig. 04 – Início das obras da construção da UHE de Santo Antônio	44
Fig. 05 – Localização do Distrito de Jaci-Paraná	49
Fig. 06 – População por Faixa Etária Urbana e Rural	52
Fig. 07 – Rendimento mensal da pessoa responsável pelo domicílio	53
Fig. 08 – Principal Fonte de Renda por Domicílio	54
Fig. 09 – Nível de escolaridade população de Jaci-Paraná (Faixa etária de 21 a mais de 60 anos)	55
Fig. 10 – Casas construídas em área de invasão	61
Fig. 11 – Casas construídas em área de invasão	62
Fig. 12 – Centro Administrativo de Jaci-Paraná	64
Fig. 13 – Unidade de Saúde da Família – Jaci-Paraná	65
Fig. 14 – Conjunto de fotos das compensações sociais na área da Educação	66
Fig. 15 – Modificações Positivas em Jaci-Paraná	69
Fig. 16 – Modificações Negativas em Jaci-Paraná	69

Lista de Tabelas

Tab. 01 – População nos Censos Demográficos (1970 a 2010)	46
Tab. 02 – População residente – Município de Porto Velho e Distritos	51
Tab. 03 – População residente – Jaci-Paraná	52

Lista de Quadros

Quadro 01 – Etapas da Pesquisa Qualitativa	33
Quadro 02 – Relação dos Questionários Aplicados em Jaci-Paraná (2010)	37
Quadro 03 – Alguns Impactos Ambientais Adversos dos Aproveitamentos Hidrelétricos de Jirau e Santo Antônio	60

LISTA DE SIGLAS

AHE – Aproveitamento Hidrelétrico

AIA – Avaliação de Impacto Ambiental

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

COBRAPE – Companhia Brasileira de Projetos e Empreendimentos

EIA – Estudos de Impactos Ambientais

ELETROBRÁS – Centrais Elétricas Brasileiras S.A

EFMM – Estrada de Ferrovia Madeira-Mamoré

FURNAS – Furnas Centrais Elétricas S.A

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

LABOGEOPA – Laboratório de Geografia e Planejamento Ambiental

ODEBRECHT – Construtora Norberto Odebrecht S.A.

PAC – Plano de Aceleração do Crescimento

RIMA – Relatório de Impacto Ambiental

SEMAS – Secretaria Municipal de Ação Social

SEMEPE – Secretaria Municipal Extraordinária de Programas Especiais

SEMUSA – Secretaria Municipal de Saúde

UNIR – Universidade Federal de Rondônia

UHE – Usina Hidrelétrica

ZSEE/RO – Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico do Estado de Rondônia

SUMÁRIO

Agradecimentos	v
Epígrafe	vi
Resumo	vii
Abstract	viii
Lista de Ilustrações	ix
Lista de Siglas	x
INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1	
1. Fundamentos a Pesquisa: Relevância, Problemática e Metodologia	16
1.1 Relevância do Estudo	16
1.2 Problemática: A Implantação da Hidrelétrica	20
CAPÍTULO 2	
2. Elementos Para a Reflexão Teórica das Transformações no Território	25
2.1 Mudanças do Espaço Geográfico	25
2.2 Abordagem e Concepção Territorial	27
2.3 Uso do Território e Suas Dinâmicas	29
2.4 Procedimentos Metodológicos	32
2.4.1 Estratégia de Ação: Estudo de caso	33
2.4.1.1 Instrumentos de Pesquisa: Questionários	34
2.4.2 Processos da Pesquisa de Campo	36
CAPÍTULO 3	
3. Os Efeitos Adversos e Transformações dos Projetos Hidrelétricos	38
3.1 Hidrelétricas e seus Impactos	38
3.2 A Construção das Hidrelétricas do Alto Rio Madeira	41

CAPÍTULO 4

4. Descrição da Área de Estudo	46
4.1 Breve Contexto da Ocupação de Rondônia	46
4.2 Identificando a Área de Estudo	47
4.2.1 O Distrito de Jaci-Paraná	48
4.2.1.1 Características da População de Jaci-Paraná	52

CAPÍTULO 5

5. Hidrelétricas e os Reflexos no Território e na População	57
5.1 Usos do Território e Suas Modificações em Jaci-Paraná	57
5.2 A chegada das Hidrelétricas e suas Transformações	59
5.3 O Atual Uso do Território	70

DISCUSSÕES FINAIS	74
--------------------------	----

BIBLIOGRAFIA	76
---------------------	----

APÊNDICE	81
-----------------	----

Apêndice 01 - Questionário de Pesquisa	82
--	----

ANEXOS	83
---------------	----

Anexo 01	84
----------	----

Anexo 02	85
----------	----

Anexo 03	86
----------	----

Anexo 04	87
----------	----

INTRODUÇÃO

Há anos, hidrelétricas são construídas com a finalidade de gerar energia elétrica, passando a existir a partir de diversos processos econômicos e políticos, as quais possibilitam o surgimento de outras ações do setor econômico.

A implantação de hidrelétricas está inserida nas metas e objetivos do desenvolvimento econômico do País, no entanto, além dos benefícios devem ser considerados os efeitos indesejados deste empreendimento para a região de sua instalação.

Nos processos de desenvolvimento econômico de uma região é necessário analisar continuamente os recursos naturais, assim como verificar a qualidade de vida da população que será afetada com tais empreendimentos. Visto que a transformação dos recursos naturais traz para o debate as conseqüências que o uso inadequado e sem conservação possa acarretar para gerações futuras. Atualmente, por meio das legislações ambientais vigentes está mais evidente a busca em preservar os recursos naturais, em decorrência das pressões sociais e ambientais.

Devido à enorme riqueza de seus recursos naturais, a Amazônia Brasileira é tida como um palco para projetos de desenvolvimento, tanto para a região amazônica como para o Brasil, no entanto, em sua grande maioria, tais projetos têm em comum a geração de conflitos e transformações sobre os espaços ocupados, quase sempre provocando efeitos negativos, e em alguns casos, causando implicações muitas vezes irreversíveis para a população local.

Analisando a configuração econômica, social e ambiental de algumas regiões que já passaram pelo processo de implantação de usina hidrelétrica (UHE), - percebe-se que Jaci-Paraná pode tornar-se um exemplo de complexidade e

desigualdade de desenvolvimento; e como consequência deste processo tem-se um cenário de reconstrução do território existente e a imposição de uma nova dinâmica no território.

A transformação do ambiente se inicia na fase de implantação dos empreendimentos, afetando as áreas de entorno e a população que habita nas proximidades onde é implantada uma hidrelétrica. Portanto, para compreender todas essas alterações, bem como as causas, os efeitos, as relações mútuas dos acontecimentos, é necessário recorrer a uma série de estudos que possibilitem o entendimento das ações desencadeadas pela relação do homem com o meio ambiente ou da sociedade com o território.

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar a dinâmica territorial constituída no distrito de Jaci-Paraná, buscando evidenciar os reflexos sócio-econômicos que se constituem a partir da implantação do empreendimento hidrelétrico do rio Madeira.

Podemos considerar os impactos questionáveis, principalmente se não contribuir de forma eficaz para desenvolvimento local, para tanto, a partir das transformações decorrentes do empreendimento hidrelétrico o presente trabalho almeja com os objetivos específicos: *a)* Analisar o atual uso do território e sua dinâmica local; *b)* Verificar ações das medidas mitigadoras previstas em relação aos efeitos adversos do complexo hidrelétrico.

O trabalho dissertativo foi desenvolvido da seguinte forma: No capítulo 1 têm-se os fundamentos essenciais da pesquisa científica: relevância de discutir as transformações em Jaci-Paraná e a motivação na escolha do tema, os efeitos adversos da construção do empreendimento hidrelétrico. Discorreremos ainda sobre

os procedimentos metodológicos para alcançar os objetivos propostos, utilizando a abordagem qualitativa e os seus instrumentos de pesquisa.

No capítulo 2 abordamos os elementos para a reflexão teórica, com destaque para as transformações no espaço geográfico e no território, analisando as diversas maneiras de utilização do território.

Para o capítulo 3 apresenta-se a contextualização do empreendimento hidrelétrico o relato dos efeitos favoráveis e adversos sobre a construção da hidrelétrica para a sociedade local.

Já para o capítulo 4 tem-se descrição da área de estudo com destaque para a ocupação de Rondônia e processos históricos de ocupação do Distrito de Jaci-Paraná, além de apresentar os aspectos socioeconômicos de sua população.

No capítulo 5 discussões referentes às transformações em Jaci-Paraná, o uso do território após a chegada de trabalhadores e moradores, discussões dos impactos adversos da construção das hidrelétricas, provocando pelo aumento populacional e a representação das ações compensatórias perante os habitantes do Distrito. E finalizando o trabalho as discussões finais e bibliografia utilizada.

CAPÍTULO 1. FUNDAMENTOS A PESQUISA: RELEVÂNCIA, PROBLEMÁTICA E METODOLOGIA

1.1 Relevância do Estudo

O Brasil é um país privilegiado em termos de abastecimento de água, possui um excelente cenário hídrico, o qual se atribui também a questão da extensão territorial, movido por suas abrangentes configurações geográficas propícias à implantação de sistemas que aproveitam a força e o movimento das águas para gerar energia. A quantidade desse recurso determina o grande potencial hidrelétrico do país (FINN, 2006).

Atualmente cerca de 60% dos 227 maiores rios do mundo foram fragmentados por represas, desviados ou canalizados, causando efeitos sobre os ecossistemas de água doce e adjacências. Das grandes bacias poucas escaparam de um sistema de represamento. No caso brasileiro o número de usinas hidrelétricas de grande porte (usina superior a 30 MW) é superior a 155, com 265 pequenas centrais hidrelétricas (PCH) (usinas com potência entre 1 a 30 MW de energia) e um total de 420 barragens (COELHO, 2008).

O conjunto de reservatórios hidrelétricos construídos no Brasil nos últimos cinquenta anos promoveu uma extensa e profunda alteração nos mecanismos de funcionamento de rios, lagos, áreas alagadas (TUNDISI, 2007).

Tundisi diz ainda que:

A construção de hidrelétricas na região amazônica, especialmente nos tributários do Rio Amazonas, demandará profundas alterações no ciclo hidrológico, na biodiversidade aquática, no ciclo hidrossocial e hidroeconômico da região, exigindo estudos interdisciplinares detalhados de alto nível para resolver os problemas desses impactos e minimizá-los. É necessário, contudo, um conjunto de estudos estratégicos, ecológicos e econômicos com a finalidade de promover uma visão de Estado de longo prazo na exploração hidroenergética na Amazônia (TUNDISI, 2007, p. 5).

A produção de energia a partir de usinas hidrelétricas tem requerido a inundação de vastas extensões de terras e de outros recursos naturais, implicando deste modo, não só a redução de alternativas de apropriação do espaço, como em uma gama de interferências prejudiciais que têm provocado ao mesmo tempo, modificações bruscas de ciclos biológicos, ecológicos e de aspectos socioeconômicos e culturais (BOEIRA, 2006).

Usinas hidrelétricas são configuradas como parte dos projetos de desenvolvimento e são consideradas como a melhor e mais viável forma de se produzir energia elétrica (BORTOLETO, 2001). Contudo, em alguns casos, os custos econômicos, sociais, ambientais e alguns benefícios relativos à construção de hidrelétricas, não compensam os danos ambientais e sociais.

As populações são atingidas direta e indiretamente, por meio do estrago de suas propriedades, com prejuízo de áreas produtivas, comunidades indígenas e comunidades tradicionais têm suas atividades alteradas. Mesmo que haja compensação pelas perdas sempre existirão impactos que não compensam de fato os efeitos negativos.

O setor elétrico encontra recursos hídricos abundantes para viabilizar a implantação de projetos hidrelétricos (COUTO, 2005). Já que o crescimento é indispensável para o País, são necessárias discussões sobre ações e projetos que possam minimizar os efeitos negativos e os custos econômicos, sociais e ambientais para região e sua população.

Em meio a tantos impactos e problemas advindos do complexo hidroelétrico no rio Madeira, contribuições são necessárias para desenvolver estudos considerando a vasta biodiversidade da região e melhoria nas condições de vida da população.

Uma vez implantado o empreendimento hidrelétrico, criam-se diversas expectativas: além dos impactos socioeconômicos e ambientais, deslocamento populacional, compensações financeiras, perspectivas de melhorias e desenvolvimento para a região.

De uma maneira geral os impactos positivos e negativos de um empreendimento, são questionáveis, sobretudo, se não contribuir de modo eficaz para desenvolvimento da economia regional e local. Pois as obras são planejadas e executadas com vistas ao desenvolvimento econômico do país, criando uma questão polêmica, no entanto, não podemos considerar desenvolvimento, se somente uma parte da sociedade foi beneficiada com tais empreendimentos (ARANHA SILVA *et al.*, 2004).

Para Jeronymo (2007) a implantação de qualquer empreendimento requer instalação de espaços sociais concebidos pela e para as populações locais produzirem suas formas de subsistência. Com a instalação do empreendimento hidrelétrico, surgem conflitos pelo mesmo território ou região, ocasionando assim a desorganização/reorganização de um determinado território, embora a questão de reorganização fique dependente das políticas públicas que serão implantadas na área impactada.

Algumas obras possuem os benefícios imediatos, tais como melhorias na econômica local, projetos sociais e ações privilegiando o crescimento econômico, no entanto, os impactos que serão concebidos em longo prazo e de alto custo de como problemas de recuperação dos ecossistemas são deixados em segundo plano (GODOI FILHO, 1992).

De um lado, a empresa construtora da obra e o Governo, seja estadual ou federal, ambos com interesse em geração de energia e aumento econômico; de

outro lado os interesses da população local que deixarão seu lugar e das entidades de apoio, criando diferenciações conflitantes no cenário, e assim estabelece um conflito entre o local afetado pelo empreendimento – interesses locais – e as necessidade do suprimento energético dos grandes centros consumidores – interesses nacionais (SOUZA *et al.*, 2007).

Um dilema é criado com a implantação, pois a hidrelétrica – que permite um desenvolvimento econômico global ou regional – e ao mesmo tempo provoca impactos adversos para a região – relacionado com o novo formato imposto para a população local.

Compreender as modificações e transformações desencadeadas por um empreendimento hidrelétrico requer um conjunto de análises (seja social, ambiental, cultural, econômica). Assim, para que haja o entendimento das transformações decorrentes é necessário entender o momento em que vivemos e a situação de cada lugar específico, pois tudo está em processo de criação, e o entendimento de território pode ser utilizado como elemento explicativo das novas dinâmicas sociais.

O entendimento das transformações impostas para Jaci-Paraná torna-se possível por meio do processo da compreensão das transformações sócio-ambientais, ou por meio do entendimento das dinâmicas atuais existentes.

As transformações locais, a ação dos atores sociais no território e as transformações do empreendimento hidrelétrico de Santo Antônio e Jirau, são ações que justificam um estudo geográfico, já que, as mesmas são representantes dos anseios do homem.

A preferência pelo Distrito de Jaci-Paraná está relacionada com o fato do mesmo está situado em uma área que terá influências das duas hidrelétricas – AHE

Santo Antônio (impactos indiretos) e AHE Jirau (impactos diretos) – e por permitir através das novas dinâmicas (ocasionada pela mobilidade populacional, desestruturação social e econômica e transtornos para administração local, entre outros fatores), uma visão da complexidade em torno do território, do qual permitirá o entendimento da atuação do Poder Público (Municipal) e a organização dos atores sociais existentes no Distrito.

Portanto, ressalta-se que o uso do território não pode ser tomado em função de apenas uma lógica, seu uso sendo conveniente apenas para alguns, é necessário analisar outros pontos de vista, decorrente da existência de diferentes atores sociais, do modo de vida e de hábitos diferentes de cada sociedade.

1.2 Problemática: A Implantação da Hidrelétrica

Podemos dizer que a Geografia é uma ciência que estuda os fenômenos materializados no espaço, a partir da relação território-sociedade. Em nosso caso de estudo, desencadeados pela construção das usinas hidrelétricas do rio Madeira, o que torna a discussão relevante devido aos diversos usos do território – seja por meio da dinâmica populacional, econômica ou ambiental – na busca do desenvolvimento econômico, dos atores sociais envolvidos e das relações no território manifestada no espaço geográfico.

As hidrelétricas expressam a magnitude do potencial de transformação e desenvolvimento, ao situarem-se numa região onde se concentra um grande potencial hidrelétrico brasileiro. A definição das áreas e da forma de produção de energia foi estabelecida de acordo com as diversas condições dos locais (os

aspectos hidrológicos, geológicos e de relevo) que na região, são considerados favoráveis, principalmente se comparadas à exigüidade de áreas e de potenciais hidrelétricos similares nas demais regiões do País (COBRAPE, 2006).

Conforme Aranha Silva, et al. (2004) as obras hidrelétricas são planejadas e executadas com vistas ao desenvolvimento econômico do país, entretanto, não se concebe desenvolvimento, se somente uma parcela da sociedade é beneficiada com tais empreendimentos, criando assim uma questão polêmica.

A construção das hidrelétricas de Tucuruí e Balbina demonstrou que com as experiências de construção na Amazônia, a relação entre as populações locais e os projetos hidrelétricos foram realizados de maneira que o desenvolvimento local e o regional não se compatibilizam (CABRAL, 2007).

O complexo hidrelétrico no rio Madeira terá influência (mais direta) sob os distritos de Jaci-Paraná, Mutum-Paraná e Abunã (Figura 01) pertencentes ao município de Porto Velho. Estes Distritos e os demais povoados e comunidades que se localizam na área de influência das hidrelétricas, possuem atividades econômicas relacionadas como o serviço público, comércio, agropecuária e trabalho autônomo (desenvolvido na agricultura, pecuária, prestação de serviços de pequeno porte). Existindo assim, uma base econômica de pequeno porte, voltada para o comércio local e para as vendas dos que trafegam na BR-364 e atendimento a pescadores, garimpeiros e agricultores da região (NUNES, *et al*, 2005).

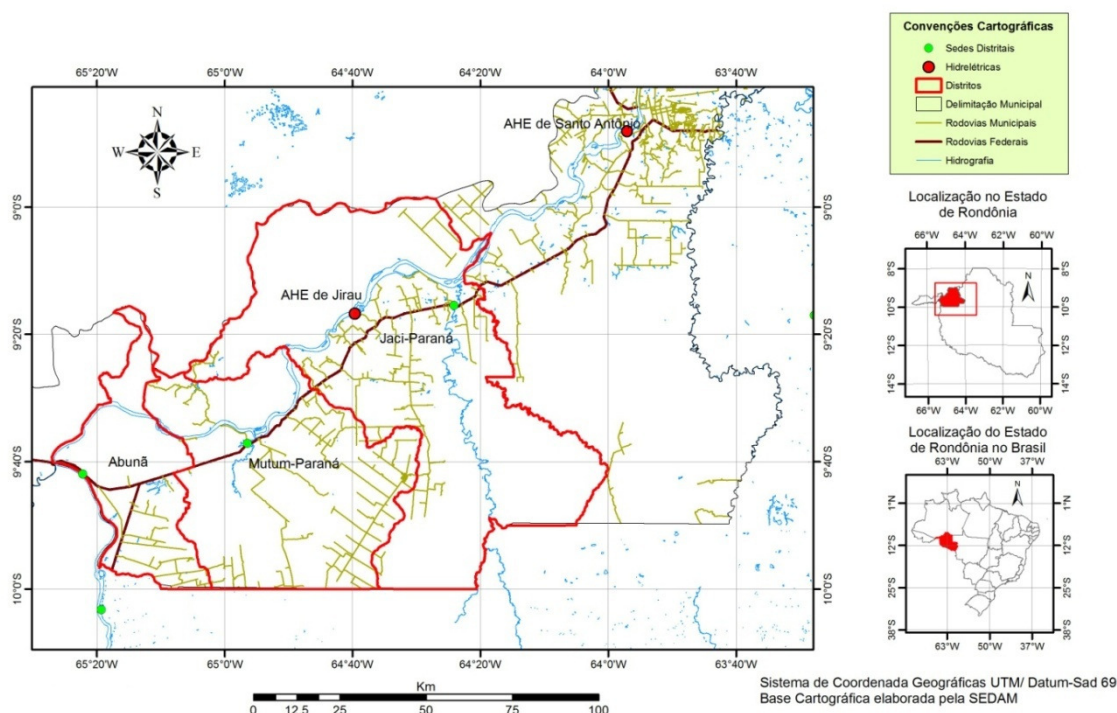


Fig. 01 – Os Distritos que estão na área de abrangência do empreendimento hidrelétrico
 Fonte: Banco de Dados Projeto FURNAS, 2006. Arte Gráfica: Michel Watanabe
 Elaborado por Aldina Assunção, 2010.

A partir dos anos 90 o Distrito de Jaci-Paraná tinha sua economia dinamizada pela indústria madeireira de pequeno porte, que era considerada como fator principal da expansão acelerada de Jaci-Paraná, e as atividades econômicas e a exploração dos recursos naturais (CAVALCANTE, 2008).

Ao longo do período da pesquisa o Distrito passou por novo processo econômico, fortalecido com a implantação do empreendimento hidrelétrico, tendo o comércio com a principal atividade econômica, ocasionado pela chegada de trabalhadores para as hidrelétricas, de novos habitantes em busca de trabalho e melhores condições de vida.

Jaci-Paraná apresenta vários problemas socioeconômicos relacionado a saneamento básico, saúde, precárias condições de moradia, entre outros (outras

informações serão discutidas no capítulo 4). Portanto, com a construção da usina hidrelétrica de Jirau tende a desencadear diversos problemas e agravar os já existentes.

Em localidade como Jaci-Paraná, a população está consolidada pelos seus costumes e hábitos. Quando é inserido algo novo que interfere em suas atividades, será natural a presença de uma dinâmica diferente nas suas relações humanas, sociais e econômicas. Portanto, ao ter seus costumes modificados, de uma forma ou de outra, estas transformações refletem em conflitos e problemas para seus moradores.

As obras hidrelétricas, de uma forma geral, provocam impactos sobre o meio ambiente e para os habitantes locais, os quais muitas vezes serão vistos ao longo e além do tempo de vida da usina (GAVIÃO, 2006).

Cabral (2007) destaca que a construção das hidrelétricas pode ocorrer

Deslocamento de grande quantidade de força de trabalho que funciona como um catalisador nos processos migratórios, tendo em vista, a constante busca por trabalho e renda das massas trabalhadoras, que pesarão nas demandas por serviços públicos essenciais, tais como: saúde, saneamento, educação, etc. (CABRAL, p. 28).

Quando surgem estas necessidades básicas de uma população, passam a existir também questões conflituosas e certos interesses que podem ser materializar em disputas entre grupos e classes sociais para constituir o território da maneira mais adequada aos objetivos de cada um, ou seja, do modo mais adequado aos seus interesses (CASTRO, 2005).

Dentre os problemas e conflitos que ocorrer ou que ocorreram em Jaci-Paraná, destacamos conforme EIA/TOMO C (2006) os seguintes impactos: alteração na organização social e política da população, ocupação de novas áreas na fase de

construção; alterações na qualidade de vida da população, aumento da demanda por serviços públicos e por moradia. São impactos que possuem efeitos positivos ou negativos, caso não haja medidas preventivas ou ações compensatórias. Os estes impactos incidem questões fundamentais para a discussão de problemas e transformações das relações socioeconômicas no Distrito.

A problemática deste trabalho parte do questionamento de como está sendo organizado o Distrito de Jaci-Paraná em virtude da dinâmica territorial, e as transformações locais a partir do empreendimento hidrelétrico? Analisando por meio da modificação econômica e social no núcleo urbano de Jaci-Paraná, para assim compreendermos de que maneira às transformações locais e a dinâmica estabelecida delinearão o território para a população inserida neste processo.

As transformações da localidade são aceitáveis pela população desde que contribuam com ações e procedimentos visando à resolução dos anseios dos moradores, ou seja, um desenvolvimento econômico de uma forma que envolva grande parte dos moradores do Distrito, e que haja planejamento de prevenção dos futuros impactos durante e após a construção das hidrelétricas.

CAPÍTULO 2. ELEMENTOS PARA A REFLEXÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA DAS TRANSFORMAÇÕES NO TERRITÓRIO

2.1 Mudanças do Espaço Geográfico

O espaço geográfico corresponde ao espaço construído e alterado pelo homem, sendo definido como o palco das realizações humanas nas quais estão às relações entre os homens e a natureza. (DOLLFUS, 1991).

Assim sendo, para compreender as alterações de um lugar, de uma cidade ou de região é essencial para o entendimento das relações do homem com o espaço geográfico, ou seja, compreender como ocorrem as modificações e transformações, tendo em vista as dinâmicas sociais, econômicas, políticas e ambientais de um local específico.

Apesar de possuir distintos significados, espaço e o território não podem ser dissociados, pois o espaço se faz necessário para demarcar a existência do território, que por sua vez é a condição para que o espaço se humanize (MEDEIROS, 2009).

O espaço geográfico será concebido de acordo com cada necessidade, pois incorpora várias realidades, sendo entendido como um conceito cujo significado mais profundo, excede a definição clássica de espaço construído.

Carlos diz que:

O espaço geográfico é produto, condição e meio para a reprodução das relações sociais no sentido amplo de reprodução da sociedade, num determinado momento histórico - um processo que se define como social e histórico; o que significa que há uma relação necessária entre espaço e sociedade (CARLOS, 2001, p. 65)

Pensar o espaço geográfico é pensar sobre as dinâmicas sociais, políticas e econômicas de uma dada porção do território. A dinâmica dos espaços geográficos tem nas atividades econômicas o principal fio condutor, onde os reflexos de suas ações podem ser sentidos tanto no nível social como no nível dos efeitos sobre os sistemas naturais (NUNES, 2004).

Os processos de transformações implicam na formação de territórios diversos que se constituem, especialmente neste fim de século. Partindo do princípio de que o território significa uma das dimensões singulares do espaço geográfico, ele se constitui na base operacional histórica e geograficamente falando, do processo de globalização e fragmentação (SOUZA, 2002).

Portanto, qualquer mudança no sistema da relação entre o espaço e sociedade é capaz de provocar reestruturações no espaço geográfico, podendo assim, torná-lo um campo de conflitos e tensões.

As transformações ocorridas no espaço geográfico são fruto de um processo histórico, e não há lugar, região ou território que se modifique sem que se compreenda a relação de produção e manifestação de sociedade, pois são essas relações que pautam a transformação da natureza, de modo que, não há transformação da natureza que não seja produto do trabalho social. Transformada ou não, a natureza é identificada como sendo o espaço geográfico, ou seja, espaço pensado como algo visível externo à consciência e dotado de materialidade (MARTINS, 2007).

Portanto, o espaço geográfico está sujeito a mudanças ocorridas num ambiente no qual se desenvolve uma sociedade, e o território apropria-se deste ambiente social (ambiente construído), com múltiplas modificações.

2.2 Abordagem e Concepção do Território

O termo território refere-se a uma determinada área sob a posse de uma pessoa ou de várias pessoas. Apesar de a palavra território possuir vários sentidos figurados, todos compartilham da idéia de apropriação de uma determinada área geográfica.

Os territórios são transformados de acordo com o ritmo das novas técnicas, conforme as necessidades, possibilitando assim a modificação do território com o passar do tempo. Para construir um território, o ator¹ projeta no espaço um trabalho, isto é, energia e informação, adaptando as condições dadas as necessidade de uma comunidade ou de uma sociedade (RAFFESTIN, 2009).

O território, para alguns, é constituído a partir da apropriação do espaço, que é o mesmo espaço transformado historicamente pelas sociedades, podendo ser uma das principais categorias da análise geográfica (SAQUET, 2009).

As concepções de território, considerando o seu uso, podem ser elencadas nas linhas natural, política, cultural e econômica. E seu conceito está vinculado, respectivamente, ao espaço físico e as determinações econômicas e políticas, de um lado, e à consciência e seu valor no sentido simbólico, de outro (HAESBAERT, 2004).

O que nos possibilita considerar o território como uma das categorias fundamentais para a compreensão da complexidade social existente da sociedade. Estando a sociedade subordinada a compreender e a interagir com os movimentos constantes e transformações no território.

¹ Individual ou coletivo, homem ou coletividade

O território é produzido por atores através de energia e da informação, ou seja, da efetivação, no espaço das redes de circulação-comunicação, das relações de poder e das atividades produtivas (SAQUET, 2009). Sendo constituído de diversas maneiras.

O mesmo autor, diz ainda que:

O território é considerado produto histórico de mudanças e permanências ocorridas num ambiente no qual se desenvolve uma sociedade. Território significa apropriação social do ambiente; ambiente construído, com múltiplas variáveis e relações recíprocas. O homem age no espaço (natural e social) de seu habitar, produzir, viver, objetiva e subjetivamente. O território é um espaço natural, social, historicamente organizado e produzido (SAQUET, 2009, p. 81).

O território, não poderia ser considerado nada mais que o produto dos atores sociais, pois são esses atores sociais que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Existindo assim, um processo, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder (RAFFESTIN, 1993).

E ainda conforme Raffestin (p. 143)

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço.

Neste sentido, se apropria do território como sendo

Um espaço onde se projetou um trabalho seja energia e informação, e que, por conseqüência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a "prisão original", o território é a prisão que os homens constroem para si (p. 144).

O espaço representado não é mais o espaço, mas a imagem do território vivido. O espaço projetado se tornou o território de um ator, adotando uma relação social de convívio.

Assim, o território é constituído como espaço social produzido e delimitado, sendo construído como representação: pode ser uma ferramenta, um recurso do

desenvolvimento econômico e social. Nesta perspectiva se incluem no processo do planejamento as diferentes dimensões do território destacando sua complexidade (GEHLEN e RIELLA, 2004).

Contudo, atualmente a discussão sobre o território adquire cada vez uma maior importância, pois começa a funcionar de maneira interdependente designando a participação de atores sociais, o território transformado pelo homem, e como o campo de suas realizações.

E como destacou Santos (1985) o período histórico é que irá definir como está organizado o território, ou seja, o que será o território e como serão as suas configurações econômicas, políticas e sociais.

2.3 Uso do Território e Suas Dinâmicas

A compreensão da maneira que forma está sendo organizado o território deve ser entendida como o próprio espaço geográfico, uma vez que este mesmo espaço é atribuído o campo das ações. Qualquer reflexão que seja proposta em torno da temática que envolva território, sociedade e desenvolvimento econômico requer prudência, isso porque tais conceitos revelam grande complicação devido ao significado teórico-prático que adquirem no decorrer do desenvolvimento de uma sociedade.

Conforme Raffestin (1993), a construção do território está relacionada com as relações marcadas pelo poder. E este poder é exercido por pessoas ou grupos sem o qual não se define o território, de tal modo, que se faz necessário enfatizar uma categoria essencial para a compreensão do território.

No caso das hidrelétricas por suas dimensões, dependem da movimentação de um grande volume de capital e mão-de-obra, e envolvem a presença de um número significativo de atores sociais, dentre os quais se destacam as instituições financeiras e nacionais e internacionais, a corporação consorciada responsável pela execução do empreendimento, as empresas de consultoria e a população regional e local, ocupantes de áreas destinadas a alojar as obras em questão (SANTOS & NACKE, 2001).

Em função de interesse dos grandes agentes hegemônicos da economia, os usos do território nos revelam profundas desigualdades sociais e regionais, na medida em que a esta concepção é historicamente analisada. O território será apropriado e construído socialmente, sendo resultante e condicionante do processo de apropriação e domínio social, a natureza exterior ao homem está presente de diferentes maneiras (SAQUET, 2007).

O território representa oportunidade de trabalho, de moradia e de existência de uma comunidade, elementos essenciais para a formação e garantia de existência de novo território ou de Estado.

O uso do território ocorre pelas dinâmicas existentes, deste modo, o crescimento econômico da cidade, ou região que geralmente estão ligados com a dinâmica territorial, o crescimento e a dinâmica exercem sobre o território uma desordem de visões, na qual está inserida a visão de território como realidade complexa e dinâmica, em permanente transformação, reflexo das dinâmicas físicas, socioeconômicas e culturais do contexto local (GEHLEN e RIELLA, 2004).

O processo de ocupação e transformação do território brasileiro tem sido historicamente determinado pela predominância da produção econômica, quer a nível regional como nacional (SCHIFFER, 2002). Portanto, as transformações

econômicas no território são tidas como palco dos acontecimentos econômicos e das transformações vivenciadas pela sociedade. E assim o território será constituído, com desigualdades sociais, com características naturais e artificiais, com diversos tipos de relações (de produção, de culturas), ou seja, uma combinação das diversas relações territoriais. O território será modificado por ações dos atores sociais (os principais agentes modificadores do espaço) e esta ação faz parte do processo da dinâmica territorial.

O homem modificar seu espaço em seu favorecimento marcado pela relação homem e natureza, inseridas nas transformações do meio ambiente. A construção de grandes empreendimentos de infraestrutura se integra em mercados que se organizam em cadeias transnacionais e que afetam de uma forma ou de outra, os territórios e seus atores locais (CASTRO, 2005).

O uso atual do território para a população de Jaci-Paraná constituem enfoque determinante na avaliação do processo de entendimento sobre a maneira que transformações locais podem delinear o território para a população inserida neste processo.

2.4 Procedimentos Metodológicos

Para identificar e analisar as transformações ocorridas no Distrito de Jaci-Paraná, em razão da construção do empreendimento hidrelétrico, optou-se pela pesquisa ou abordagem qualitativa que possui dentre suas fases de pesquisa; estratégia de estudo de caso, que, por conseguinte possui suas técnicas de pesquisa.

A pesquisa qualitativa foi adotada por ser uma metodologia apropriada na compreensão dos conteúdos teóricos e empíricos da temática investigada. Que tem entre seus objetivos esclarecer uma situação para tomada de consciência pelo próprio pesquisador dos problemas existentes e das condições que os geraram (CHIZZOTTI, 1995). Pode ser caracterizada como um estudo de determinado fato, objeto ou grupo de pessoas e pode ser desenvolvida por um conjunto de diferentes técnicas.

A pesquisa qualitativa permite diferentes possibilidades de ser realizada, também permite diversos tipos de coleta de dados. Neste estudo possibilitou a utilização da aplicação de questionários, como técnica de coleta de dados, por meio da pesquisa qualitativa, de modo que todos os fatos e fenômenos ocorridos podem ser trabalhados através de outras técnicas relevantes para o estudo.

Neste estudo aplicou as etapas da pesquisa qualitativa, descrito no Quadro 01 e possui três etapas de desenvolvimento:

Quadro 01 – Etapas da Pesquisa Qualitativa

Fases da Pesquisa	Antecedentes	Precedentes
1ª – a Determinação	Definir os objetivos que almejamos alcançar, a área de abrangência, ou seja, definição da área que está sendo afetada com a implantação da hidrelétrica.	Analisar a dinâmica territorial constituídas no distrito de Jaci-Paraná, buscando evidenciar os reflexos sócio-econômicos para a população.
2ª – a Definição	Formular os questionamentos da problemática e definir o tipo de aquisição de dados, assim como, estabelece-se a discussão e análise dos problemas.	De que maneira está sendo organizado o Distrito de Jaci-Paraná para as transformações.
3ª – Estratégia de Ação	Traçar uma estratégia de ação que responda aos problemas encontrados, execução das estratégias escolhidas e avaliação dos resultados.	Estudo de caso como método de análise da pesquisa qualitativa.

Fonte: Com base em CHIZZOTTI (1995). Elaborado por Aldina Assunção (2011)

Nesta 3ª fase foi inserida a pesquisa de campo que constituir a fase mais importante da pesquisa, pois se refere à aquisição dos dados, visando reunir informações capazes de evidenciar as transformações ocorridas em Jaci-Paraná.

2.4.1 Estratégia de Ação: Estudo de caso

O estudo de caso é um método de análise da pesquisa qualitativa e uma das diversas maneiras de fazer pesquisa em ciências sociais. Este método nos permitiu investigar características significantes de evento vivenciado, pois trata de uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro do contexto da vida real (YIN, 2005).

Nesse sentido, por ser um método abrangente, permite uma ampla generalização em evidências, facilitando a compreensão da realidade, como estratégia metodológica do tipo descritivo e interpretativo, possibilitando trabalhar através da técnica escolhida fatos e informações que facilitam a compreensão do fenômeno estudado (OLIVEIRA, 2007).

Analisar os reflexos dos impactos para a população Jaci-Paraná, cuja construção do empreendimento hidrelétrico apresenta uma situação de impactos positivos e negativos para a localidade, requer um método de estudo de caso, pois facilitam a compreensão do fenômeno a ser estudado, possibilitando como fonte de aquisição dos dados o instrumento de pesquisa: questionários (Apêndice 01).

2.4.1.1 Instrumento de Pesquisa: Questionários

Os questionários são definidos como técnica para a obtenção de informações sobre sentimentos, crenças, expectativas, situações vivenciadas, conhecimento de determinado assunto, entre outras situações. Em geral, os questionários têm como principal objetivo conhecer as características de uma pessoa ou determinado grupo de pessoas (OLIVEIRA, op cit).

E possui também como objetivo a aquisição de informações do entrevistado, sobre determinado assunto ou problema, cuja coleta de dados objetiva o diagnóstico ou no tratamento de um problema ambiental, social e econômico (MARCONI, 1996).

Por meio dos dados coletados têm-se possibilidades de estudar os acontecimentos positivos e negativos que envolvem a população em suas relações sociais e econômicas. Quando um fato é investigado e compreendido dentro do

contexto em que ele ocorre, tem-se uma perspectiva integrada das informações para as análises necessárias no entendimento desta dinâmica (GODOY, 1995).

Os questionários aplicados juntos aos atores sociais de Jaci-Paraná possibilitou uma visão da complexidade estabelecida localmente. E de acordo com Oliveira (2007:87) quando aplicada pelo próprio pesquisador “permite a interação entre pesquisador e entrevistado, assim como a aquisição de descrições detalhadas sobre o que se está pesquisando”.

Utilizou-se o modelo de questionário semi-estruturado, pois o mesmo possibilita a inclusão de outras perguntas aos questionamentos básicos, apoiados em proposições tendo em vista as respostas do entrevistado, que interessam à pesquisa e que oferecem amplo campo de interrogativas, sendo possível ocorrer novas perguntas à medida que recebem as respostas do entrevistado (TRIVIÑOS 1987).

As perguntas semi-estruturadas permitiram obter informações dos entrevistados, por meio de um roteiro contendo tópicos em torno da problemática central, sendo possível combinar perguntas abertas e seguindo um conjunto de questões previamente definidas, usando um contexto semelhante ao de uma conversa informal, anotando as informações e quando permitido pelo entrevistado gravando-as suas respostas. Por meio da entrevista foi possível para os entrevistados a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto e adquirir ainda mais informações para a discussão da temática.

O questionário possuía questões abertas que permitiu ao entrevistado ficar a vontade para responder, permitindo assim total liberdade para formular suas respostas, sendo possível obter ainda mais informações e desta forma conhecer a realidade atual das condições sociais e econômicas da população.

2.4.2 Processos da Pesquisa de Campo

A aquisição de dados e informações ocorreu por meio de dados Primários (entrevistas com questionário) e dados Secundários (instituições públicas, pesquisa bibliográfica, jornais eletrônicos, documentos oficiais, etc.).

✓ Dados Primários

A atividade de pesquisa de campo proporcionou reconhecer a realidade atual de Jaci-Paraná, estabelecer contato com o administrador do Distrito, líder comunitário, componentes da comunidade. O trabalho de campo, também, permitiu identificar os principais atores sociais, além de acervo fotográfico das transformações na localidade.

Foram aplicados 20 questionários junto aos atores sociais (Quadro 02) de Jaci-Paraná (representantes de órgãos públicos, representantes de associações e proprietários de estabelecimento comerciais). A escolha pelos entrevistados sucedeu por pessoas que representasse uma determinada categoria econômica e social de Jaci-Paraná, cujos mesmos estão em constante contato com os moradores; outro critério adotado fora relacionado ao tempo de moradia no Distrito, pessoas que possuíam experiência diferente pelo tempo de moradia em Jaci-Paraná.

Foram adquiridas informações nas visitas na Secretaria Municipal Extraordinária de Programas Especiais – SEMEPE, órgão municipal responsável pela coordenação dos projetos e ações de compensação dos impactos ambientais e sociais em Jaci-Paraná.

Quadro 02 – Relação dos Questionários Aplicados em Jaci-Paraná (2010)

Questionários	Tempo de Residência	Ocupação
Entrevistado 01	52 anos	Comerciante
Entrevistada 02	48 anos	Comerciante
Entrevistado 03	42 anos	Funcionário Público
Entrevistada 04	23 anos	Funcionária Pública
Entrevistada 05	10 anos	Funcionária de Empresa do Transporte Rodoviário
Entrevistado 06	05 anos	Presidente da Associação dos Taxistas
Entrevistado 07	03 anos	Funcionário Público
Entrevistada 08	33 anos	Funcionária Pública
Entrevistado 09	05 anos	Comerciante
Entrevistada 10	23 anos	Presidente da Associação das Mulheres
Entrevistado 11	04 meses	Funcionária no Comércio
Entrevistado 12	05 meses	Comerciante
Entrevistado 13	09 anos	Comerciante
Entrevistada 14	01 ano	Funcionária Pública
Entrevistada 15	04 anos	Funcionária no Comércio
Entrevistada 16	01 ano	Comerciante
Entrevistado 17	03 anos	Comerciante
Entrevistado 18	Não Informado	Funcionário Público
Entrevistada 19	32 anos	Funcionária Pública
Entrevistado 20	54 anos	Membro da Associação de Moradores de Jaci-Paraná

Fonte: Pesquisa de Campo, 2010

✓ **Dados Secundários**

Os dados secundários são constituídos do banco de dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e do banco de dados do projeto Hidrelétricas do Rio Madeira, executado no ano de 2004 pelo LABOGEOPA (Laboratório de Geografia e Planejamento Ambiental). Estes dados referentes os aspectos econômicos e sociais dos moradores de Jaci-Paraná foram às informações disponíveis e as mais recentes durante o processo da pesquisa.

CAPÍTULO 3. OS EFEITOS ADVERSOS E TRANSFORMAÇÕES DE PROJETOS HIDRELÉTRICOS

3.1 Hidrelétricas e seus Impactos

A construção da hidrelétrica, em determinados casos, interfere de maneira brusca no meio ambiente, seja na construção das barragens, ou na formação do reservatório que provocam inundações em imensas áreas, ou interferindo no fluxo de rios, destruindo espécies vegetais, prejudicando a fauna, e com interferência na ocupação humana (INATOMI e UDAETA, 2005).

Além das mudanças no meio ambiente regional, ocasiona também modificações de ocupação humana, provocadas, pela mobilização de um elevado número de trabalhadores durante a fase de construção de barragens e pela nova forma de interação destes com as comunidades existentes na região e, em seguida, pela realocação das populações localizadas na área do reservatório (ELETROBRÁS, 2002).

A implantação de uma hidrelétrica promove alterações nas regiões onde são implantados, e esse processo se inicia com a movimentação de cargas e pessoas, migrações, novos assentamentos humanos, os quais também tendem a imprimir no ambiente natural, marcas de degradação (CABRAL *et al.*, 2005).

Segundo Paz (2006) a fase do planejamento, suscita incertezas e considerações sobre seus impactos entre a população que potencialmente pode vir a ser atingida. Destaca ainda que:

Pode haver na região um movimento em duas direções: de um lado, pode incidir um fluxo migratório com interesses na compra da terra buscando uma potencial compensação, na procura de trabalho e no estabelecimento de lojas e serviços; e por outro, pode haver uma grande dificuldade de venda de imóveis e propriedades em virtude das incertezas sobre o empreendimento (PAZ, 2006, p. 48).

Os impactos tornam-se mais evidentes, na fase de construção de um empreendimento, pois, tem-se início à desestabilização social das comunidades localizadas no entorno da obra (Figura 02). Os impactos observados nesta fase possuem alta relevância social e econômica, por meio dos possíveis efeitos ocasionados pela desestruturação econômica que causam transtornos ao setor primário, secundário e terciário, afetando de maneira geral a economia local e a comercialização dos produtos em geral (MULLER, 1995).

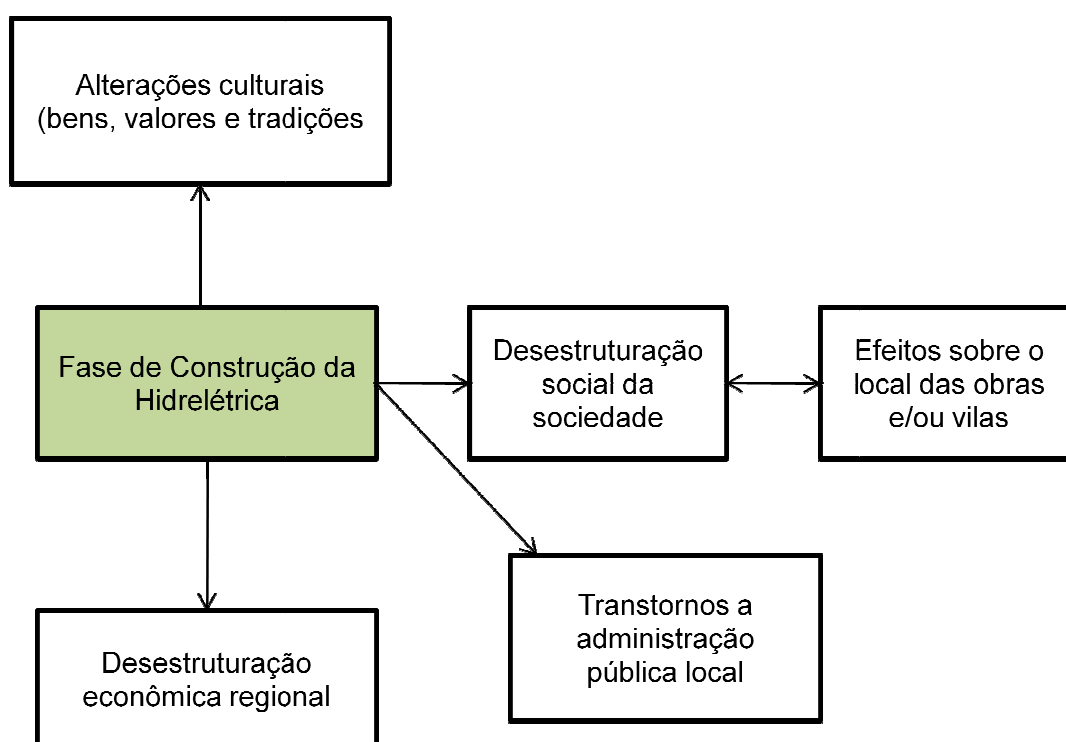


Fig. 02 – Impactos na fase de construção de Hidrelétrica
Fonte: Adaptado de MULLER, 1995.

Dos impactos causados por obras hidrelétricas os mais afetados será a população local, que é a principal receptora das diversas atividades causadoras de impactos. O que implicará em modificações significantes em seus modos de vida, ocasionando pela desestruturação social, problemas relacionados aos serviços básicos como assistência médica, entre outros problemas para a população local.

Os transtornos causados para a administração pública podem gerar outros problemas para a população, caso não haja uma boa gestão pública ou administrativa, que os represente nas reivindicações junto à empresa responsável pelas compensações sociais, ações favoráveis para a melhoria de vida da população afetada e da cidade.

A infraestrutura de uma cidade é o “suporte para a produção, a circulação e o consumo de mercadorias geradas pelas atividades produtivas e um dos elementos organizadores e produtores do espaço, influenciado no desenvolvimento econômico” (LAMOSO, 2009, p. 43). Caso, não ocorra às melhorias estabelecidas nos projetos de ações de infraestruturas para a cidade e sua população, em função da implantação do empreendimento hidrelétrico, a situação da localidade pode tender a agravar os problemas já existentes.

Os alguns impactos ocorrem normalmente logo após a realização da ação, como por exemplo, o crescimento populacional desordenado e a especulação imobiliária, podendo ou não, desaparecer em seguida. No entanto, alguns impactos serão verificados depois de certo tempo da realização da ação, ou seja, a partir do processo de modificação do ambiente que fora estabelecido na área (REIS, 2001).

Os impactos de empreendimentos de grande porte², como as hidrelétricas, são questionáveis, sobretudo, senão contribuirão de maneira eficiente para o desenvolvimento econômico da região onde estão sendo implantado. No estado de Rondônia a maior usina é a hidrelétrica de Samuel, apesar da abertura de novos horizontes para o progresso do Estado, formou um reservatório de 540 km² e trouxe

² São consideradas UHEs de grande porte as barragens com altura entre o ponto mais baixo da fundação e a crista superior a 15m ou inferior, mas com 500m de uma extremidade a outra. Entre as décadas de 1960/80 foram construídas mais de 60 delas, muitas com medida acima de 100m (Muller, 1995, p. 28).

alguns problemas (reassentamento das famílias de agricultores, inundação de áreas agricultáveis) para a região do entorno (FEARNSIDE, 2004; BRASIL, 1992).

Embora haja planejamento para a realização de ações mitigadoras, ou seja, medidas para minimizar os impactos negativos, essas práticas em muitos casos não compensam as perdas geradas, em alguns casos, existem melhorias: infraestrutura urbana, projetos sociais e crescimento econômico momentâneo.

3.2 A Construção das Hidrelétricas do Alto Rio Madeira

O projeto do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira é composto por duas usinas de grande porte: UHE Santo Antônio com potência instalada de 3.150 MW e de 3.300 MW para a UHE Jirau. Foram planejados com pequena queda e com regularização natural do rio, já que seu volume é insignificante frente à vazão de afluente. Para a produção de energia serão utilizadas turbinas tipo “bulbo”, usadas para pequenas quedas, aproveitando o fluxo disponível (TUCCI, 2007).

Os dois empreendimentos fazem parte do Plano de Aceleração do Crescimento – PAC³. Em 2007 o Governo Federal lançou o PAC, que está investindo R\$ 503,9 bilhões em infraestrutura, com a finalidade de superar os gargalos da economia e estimular o aumento da produtividade e a reduzir as desigualdades regionais e sociais existentes no país. Para a Região Norte foi previsto um total de R\$ 50,9 bilhões de investimentos em Logística, Social e Urbana

³ Material preparado para a imprensa sob a responsabilidade da Secretaria de Imprensa e Porta-Voz da Presidência da República, com informações da Casa Civil da Presidência da República, do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento, por ocasião do lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento, Palácio do Planalto, Brasília, 22 de janeiro de 2007.

e Energia. Sendo destinada a maior parte para a construção das Usinas Hidrelétricas de Jirau e Santo Antonio, no Estado de Rondônia.

A construção do complexo hidrelétrico está sendo acentuada em dois pontos principais ao longo do rio Madeira (Figura 03). O primeiro na localidade da cachoeira de Santo Antônio. E o segundo ponto que seria na cachoeira de Jirau, após revisão do projeto, apresentou-se uma nova localização para a construção da barragem na cachoeira Caldeirão do Inferno, localizada na Ilha do Padre, que fica a 9 km da cachoeira de Jirau, tal mudança ocorreu devido à redução do custo de implantação e antecipação do cronograma de construção.

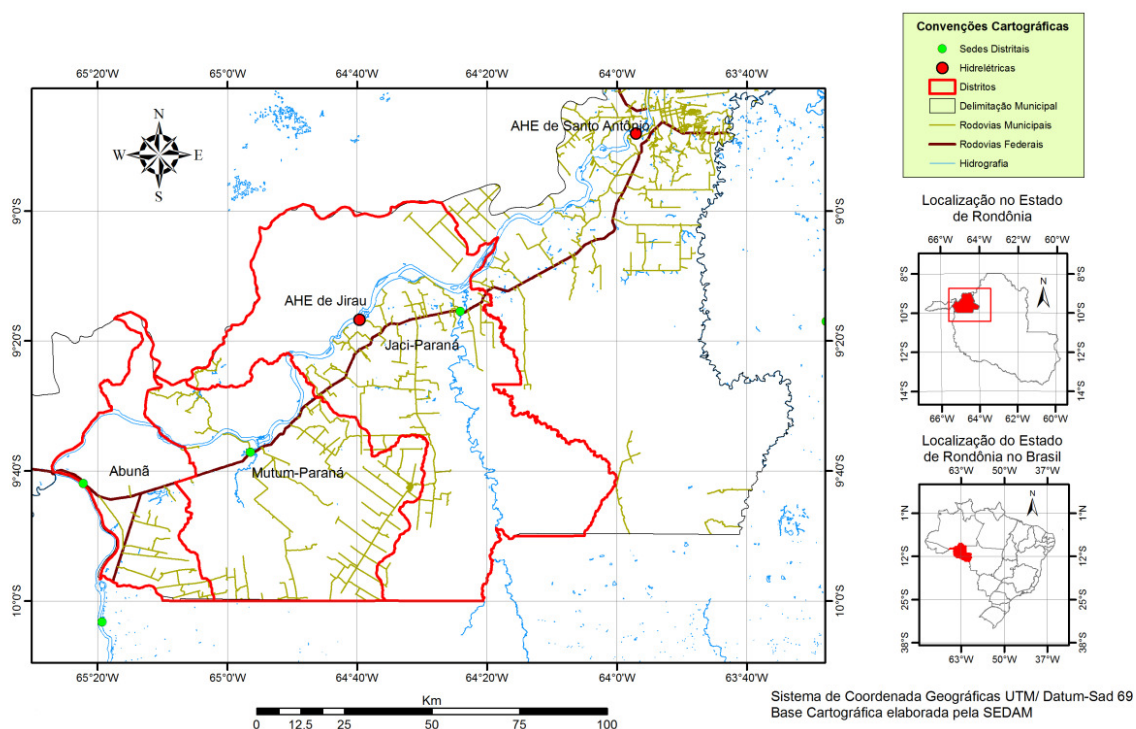


Fig. 03 – Localização dos Empreendimentos AHE Santo Antônio e AHE Jirau
Fonte: Banco de Dados Projeto FURNAS, 2006. Arte Gráfica: Michel Watanabe
Elaborado por Aldina Assunção, 2010.

A localização dos empreendimentos hidrelétricos situa-se numa região onde concentra mais de 50% de todo o potencial hidrelétrico brasileiro. O mesmo encontra-se em posição estratégica quanto à ligação com a Bolívia, o Peru e o

Pacífico, além de amplas oportunidades de conjugação a outros aproveitamentos hidrelétricos, abrindo espaços para projetos de infraestrutura energética e de transportes (COBRAPE, 2006). O empreendimento tem uma proposta audaciosa, AHE Santo Antônio prevê a potência instalada de 3.150 MW, com área do reservatório de 271,3 Km² e 60,0 metros de altura máxima da barragem. Já a AHE Jirau prevê a potência instalada de 3.300 MW, com previsão de formação de reservatório de 258 Km² e 35,5 metros altura máxima da barragem.

As hidrelétricas visam o fornecimento de energia elétrica para assegurar o crescimento industrial do país e o desenvolvimento nacional. Apresenta como destaque a quantidade expressiva de energia firme a ser disponibilizada pelos aproveitamentos hidrelétricos (AHE), contribuindo para a garantia de energia necessária à continuidade do crescimento do País.

A energia que será produzida não ficará em Rondônia, haverá uma subestação coletora (ligar a energia gerada nas hidrelétricas a Porto Velho) e de uma linha de transmissão Porto Velho – Araraquara (SP) – linha que vai integrar a energia produzida das usinas hidrelétricas, recebendo assim toda a energia elétrica gerada por estas duas usinas e integrar ao Sistema Interligado Nacional – SIN (maior linha de transmissão do mundo) (BRASIL, 2008).

A UHE Santo Antônio⁴ foi leiloada em 10 de dezembro de 2007 para o Consórcio Madeira Energia (Odebrecht Investimentos em Infraestrutura Ltda; Construtora Norberto Odebrecht S/A; Andrade Gutierrez Participações S/A; Furnas Centrais Elétricas S/A e entre outras). Teve sua Licença de Instalação (LI) nº 540 emitida pelo IBAMA em 18 de agosto de 2008.

⁴ Informações sobre o Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira, disponível em www.aneel.gov.br. Acesso 27 de novembro de 2009.

E em setembro de 2008 foram iniciadas as obras da hidrelétrica de Santo Antônio com as atividades de desmonte de rochas, ou seja, explosão das rochas da cachoeira de Santo Antônio. Na Figura 04, apresentamos um conjunto de fotos do início da obra de construção.



Fig. 04 - Início das obras da construção da UHE de Santo Antônio
Foto: Aldina Assunção, Fotos 1 e 2 dezembro de 2008, Fotos 3 e 4 Novembro de 2009.

A UHE Jirau⁵ foi leiloadada em 19 de maio de 2008 para o Consórcio Energia Sustentável do Brasil (Suez Energy South América Participações Ltda.; Camargo Corrêa Investimentos em Infraestrutura S/A; entre outras). A UHE teve sua Licença de instalação prévia, nº 563/2008, para o canteiro de obras e para as enseadeiras emitidas pelo IBAMA, no dia 19 de novembro de 2008. A partir da Licença de Instalação (LI) do Canteiro de Obras que foi concedida pelo IBAMA, deu-se o início da operação de tratores e caminhões para a terraplanagem, exploração de jazida e

⁵ Informações sobre o Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira, disponível em www.aneel.gov.br. Acesso 27 de novembro de 2009.

construção da ensecadeira na Ilha do Padre, local onde será instalado o eixo da Hidrelétrica de Jirau.

De acordo com o documento oficial⁶ apresentado à Comissão de Direitos Humanos da OEA, informa que:

As usinas Santo Antônio e Jirau ameaçam os ecossistemas da região com processos de degradação irreversível. A construção e a futura operação das represas causarão graves impactos ambientais e sociais que terão um efeito devastador nos recursos naturais da Amazônia e na sobrevivência de comunidades e povos indígenas. Esses efeitos destrutivos dos processos de degradação, já existentes, serão potencializados e outros riscos não previsíveis poderão surgir. O complexo do rio Madeira será responsável pelo deslocamento compulsório de milhares de pessoas de suas terras e do seu convívio social. Elas perderão o acesso a terra, à floresta ou ao rio (MONTEIRO, 2009, pg. 2).

O complexo das hidrelétricas é uma obra que envolve e desencadeia uma série de efeitos sobre as dimensões econômica, social, cultural, ambiental e institucional, que extravasa os limites do estado de Rondônia.

O projeto traz consigo, do ponto de vista da ocupação humana, as margens do rio Madeira vai se tornar menos povoadas, o distrito de Mutum-Paraná terá seu núcleo urbano realocado, e o distrito de Jaci-Paraná terá uma nova dinâmica populacional, em virtude do deslocamento da população residente e o movimento migratório.

⁶ Hidrelétricas do Madeira: Destruição da Amazônia, disponível em <http://www.amazonia.org.br/>. Acesso em 27 de janeiro de 2010.

4. DESCRIÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

4.1 Breve Contexto da Ocupação de Rondônia

O processo de colonização foi marcado por ocupação determinada por ações governamentais na região, por seus ciclos econômicos (Ciclo da Borracha, Ciclo do Ouro, entre outros). E também pela construção da Estrada de Ferrovia Madeira-Mamoré - (EFMM), à ocupação na região do Alto Madeira, contribuiu para aumentar a densidade demográfica das terras que constituem o Estado (MATIAS, 1998).

O processo de povoamento de Rondônia foi relativamente lento até a década de 1970, na Tabela 01 apresenta-se o início do crescimento populacional por meio das políticas nacionais e integração da Amazônia e quando passa por uma acelerada progressão em razão da chegada à região de centenas de milhares de migrantes. Quando o Estado de Rondônia foi criado, em 22 de dezembro de 1981, a população já havia atingido a quantidade de quase meio milhão de habitantes, número que seria quase triplicado ao chegar à década de 1990 (MENDES, s/d).

Tabela 01 - População nos Censos Demográficos (1970 a 2010)

Região Geográfica e Unidade da Federação	Ano				
	1970	1980	1991	2000	2010
Região Norte	4.188.313	6.767.249	10.257.266	12.900.704	15.865.678
Rondônia	116.620	503.125	1.130.874	1.379.787	1.535.625

Fonte: IBGE, Censo 2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/censo2010/dados_divulgados/index.php
 Para 1970 até 1980: População recenseada; Para 1991 e 2000: População residente. Disponível: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Organizado por Aldina Assunção, 2010.

Com a implantação das usinas hidrelétricas e o deslocamento de novos trabalhadores tinham-se expectativas de ultrapassar a marca de dois milhões de habitantes no ano de 2010, evento este que não ocorreu. Segundo dados do censo demográfico o Estado possui aproximadamente quantitativo populacional de

1.535.625 mil habitantes apresentando um crescimento populacional de 27,8% da população de Rondônia nos últimos dez anos.

Durante os processos de ocupação mais intenso ocorrido nas décadas de 70 e 80, cada processo apresentou pelo seu ângulo, os problemas e impactos ambientais, culturais e sociais, que cada tipo de ocupação estava causando ou poderiam vir a causar para Rondônia (MACIEL, 2004).

A abertura da BR-364 e a exploração da cassiterita em Rondônia, e a migração tornou-se tão intensa que os problemas sociais avolumaram-se de forma preocupante para as autoridades que administravam o território com uma estrutura ínfima, marcada por fatos que se tornaram essenciais pelas características com que se desenvolveram (OLIVEIRA, 2003).

De modo geral o processo de ocupação de Rondônia está fortemente associado aos períodos de exploração econômica: mineração de ouro, ciclo da borracha, exploração de cassiterita, agropecuária e também pelos projetos de colonização. E esses vários processos econômicos, com intuito de desenvolvimento e de buscar formas de exploração dos recursos naturais, tornaram o Estado e seus municípios atrativos para trabalhadores de várias regiões do País.

4.2 Identificando a Área de Estudo

Conforme o Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico do Estado de Rondônia – ZSEE/RO, a área onde estão sendo construídas as hidrelétricas e o local onde está inserido o Distrito de Jaci-Paraná encontra-se situada em áreas de usos especiais, de conservação dos recursos naturais e suscetíveis para o uso de manejo

sustentável. O aproveitamento destas áreas, quando necessário, somente em pequenas áreas para atender a subsistência familiar (RONDÔNIA, 2000).

Porto Velho é a capital e o maior município, tanto em tamanho territorial quanto populacional. Possui uma estimativa de população de 426.558 habitantes, estando seus habitantes distribuindo em 391.014 na zona urbana e 35.544 na zona rural (IBGE, 2010).

A cidade possui um grande potencial turístico devido ao patrimônio histórico, entre eles: a Estrada de Ferro, o cemitério da Candelária, a Igreja de Santo Antônio e a cachoeira. Estes pontos estão nas proximidades do rio Madeira, e próximo do local das obras de construção do empreendimento hidrelétrico de Santo Antônio. E com a implantação das hidrelétricas, parte desta área foi afetada com ações de desmatamento, das estruturas das obras e a devastação da antiga cachoeira de Santo Antônio.

Distrito de Porto Velho foi criado pela Lei Municipal 1378 de 29 de novembro de 1999 na qual são estabelecidos os limites distritais de: Nova Califórnia, Extrema, Vista Alegre do Abunã, Fortaleza do Abunã, Abunã, Mutum Paraná, Jaci-Paraná, São Carlos, Nazaré, Calama e Demarcação (IBGE, 1999).

4.2.1 O Distrito de Jaci-Paraná

No dia 31 de maio de 1910 foi inaugurado o trecho da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré - EFMM entre Porto Velho e o km 90, situado nas proximidades da foz do rio Jaci Paraná no rio Madeira. Quando a ferrovia entrou em funcionamento, ligando Porto Velho a Guajará-Mirim, o local onde estava localizado o acampamento

da empresa construtora May, Jekyll & Randolph foi transformado em uma estação ferroviária com o nome de Jaci-Paraná, em homenagem ao rio que ficava ao lado (NUNES *et al.*, 2005).

Jaci-Paraná em 17 de abril de 1945, através do Decreto-Lei no. 7.470, o povoado foi elevado à categoria de distrito do Município de Porto Velho, com o nome de origem, situação que se mantém até hoje (SILVA FILHO, 1995).

O distrito de Jaci-Paraná (Figura 05) fica a 87 km de Porto Velho, na BR-364, sentido Acre. É o Distrito mais antigo de Porto Velho, possui como parte de sua história a construção da EFMM, além de possuir belas riquezas naturais como o rio Jaci-Paraná e as praias no verão, com a seca do rio.

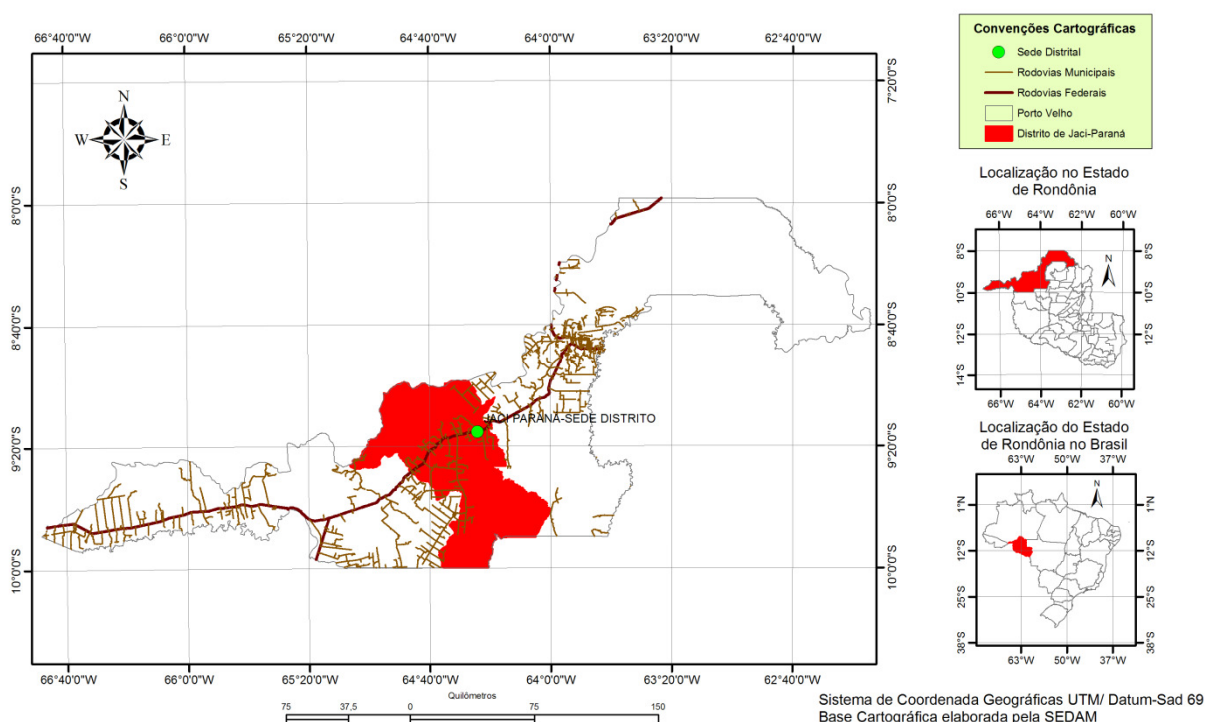


Fig. 05 – Localização do Distrito de Jaci-Paraná

Fonte: SEDAM/LABOGEOPA, 2006. Arte Gráfica: Michel Watanabe
Elaborado por Aldina Assunção, 2009.

O início da efetiva ocupação do Alto Rio Madeira se deu a partir da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, a qual trouxe uma dinâmica própria para a região: criou

um *locus* de diversidade cultural na medida em que os trabalhadores vieram de várias partes do mundo, imprimiu características econômicas de reprodução capitalista, em função do atendimento a demandas econômicas externas; naquele momento a EFMM (CABRAL, 2007).

Na região do alto Rio Madeira encontra-se diversas comunidades, e em algumas localidades a dinâmica agrícola e a pecuária são elementos que asseguram às famílias o acesso a terra e trabalho (NUNES *et al.*, 2005).

Ao longo do seu povoamento o distrito de Jaci-Paraná passou por dois incrementos em seu crescimento populacional, o primeiro com a construção da Ferrovia e o segundo com a abertura da Rodovia (BR-364).

Após a desativação da Ferrovia em 1972 Jaci-Paraná entrou em decadência, alguns moradores abandonaram a vila que ficou sem vida econômica viável, sem conseguir superar sua desestruturação econômica, pois era através da ferrovia que escoavam produtos agrícolas, a borracha, a castanha e a madeira de várias localidades Santo Antônio, São Carlos, Jaci-Paraná, Mutum-Paraná, Abunã, Iata e Guajará-Mirim situadas ao longo da via férrea (SILVA, 1984).

Com a abertura da BR 364 e conseqüentemente migração, o estado de Rondônia teve sua taxa de crescimento como a mais alta do país. Originando um crescimento populacional para Porto Velho, e em seu eixo para alguns municípios, atraindo fluxos migratórios significativos tanto para os trabalhos de abertura da nova estrada como para o desenvolvimento de atividades econômicas, e conseqüentemente atraiu também moradores para Jaci-Paraná (IBGE, 1979).

A sede de Jaci-Paraná, surgida como apoio ao movimento da ferrovia e à exploração da borracha, nos últimos anos, passou a depender dos movimentos no

eixo da BR-364, da atividade de exploração do garimpo na região. E anteriormente a chegada das madeiras passou a constituir o principal fator de expansão econômica.

Analisando a população dos Distritos que compõe o Alto rio Madeira (Tabela 02) o município de Porto Velho reside aproximadamente 96,07% da população, nos distritos que estão na área de influência das hidrelétricas residem 1,26% da população e o restante dos 2,67%, distribuem-se nos demais distritos.

Tabela 02 - População residente – Município de Porto Velho e Distritos

Distritos	População Residente	Urbana		Rural	
		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Abunã*	693	225	202	149	117
Extrema	4.544	1.704	1.538	719	583
Fortaleza do Abunã	365	153	127	39	46
Nova Califórnia	2.981	940	862	666	513
Vista Alegre do Abunã	893	396	347	86	64
Jaci-Paraná*	2.826	956	837	582	451
Mutum Paraná*	613	134	142	213	124
Porto Velho	315.587	128.301	133.656	27.953	25.677

Fonte: Sinopse Preliminar do Censo Demográfico 2000.

* <http://www.sidra.ibge.gov.br/> Organizado por Aldina Assunção, 2010.

Entre os Distritos do município de Porto Velho os que estão na área de influência do empreendimento hidrelétrico, Jaci-Paraná é o mais povoado com 2.826 habitantes, sendo o maior em extensão territorial, apresentado crescimento populacional moderado ao longo de dez anos. Já para a pesquisa censitária realizada em 2010 houve um aumento populacional acelerado, ocasionado pela construção da usina hidrelétrica, o Distrito apresentou uma população de 13.131 habitantes, com 6.153 na área urbana e 6.978 na zona rural (Tabela 03). O aumento populacional gerado na zona rural deve-se ao fato dos trabalhadores que habitam nos alojamentos do canteiro de obra do empreendimento hidrelétrico de Jirau.

Tabela 03 – População residente – Jaci-Paraná

Ano/População	Total	Urbana	Rural
1991	2.214	1.305	909
1996	2.762	1.280	1.482
2000	2.826	1.793	1.033
2010	13.131	6.153	6.978

Fonte: IBGE – Contagem da População: 1991; 1996

Fonte: IBGE – Censo Demográfico, 2000 e 2010. Disponível: <http://www.sidra.ibge.gov.br/>

Organizado por Aldina Assunção, 2011

4.2.1.1 Características da População de Jaci-Paraná

A população de Jaci-Paraná se caracteriza por possuir uma população muito jovem (Figura 06), 64% da população tinham menos de 29 anos de idade, sendo a maioria menor de 19 anos de idade. Existindo um maior número de homens (54% da população total), mas maior concentração de mulheres nas faixas etárias muito jovens (até os 24 anos) e maior predominância de homens na faixa etária acima dos 50 anos.

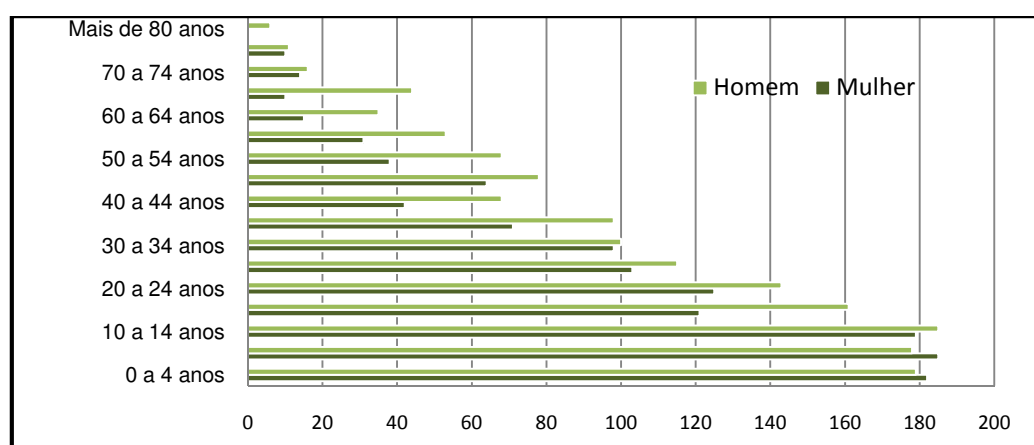


Fig. 06 – População por Faixa Etária Urbana e Rural

Fonte: IBGE, Censo 2000. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>

Elaborado por Aldina Assunção, 2010.

A proposição apresentada para o maior número de homens (de 19 a 39 anos de idade) é de que este fato ocorreu pela combinação do ciclo de vida com

oportunidades de trabalho, haver uma absorção de homens mais jovens devido à maior inclusão no mercado de trabalho.

Em relação ao rendimento mensal desta população na Figura 07, tem-se a distribuição de renda dos responsáveis pelo domicílio, na qual se verificou que 40% tinha renda de 1 a 2 salários mínimos, e 22% possuía renda de até 1 salário, ou seja, mais de 50% dos domicílios pesquisados são de baixa renda.

Indicativo de um modelo de crescimento econômico nada condizente para viabilizar uma política efetiva de distribuição de renda. Constitui-se, portanto, um quadro inferior da remuneração do trabalho, sendo capaz apenas de garantir as condições básicas de existência desta sociedade.

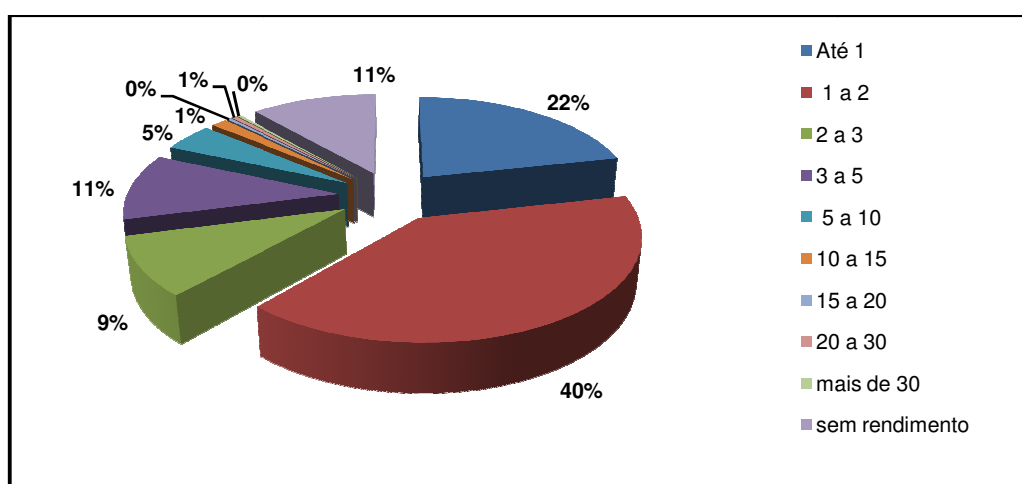


Fig.07 - Rendimento mensal da pessoa responsável pelo domicílio, Salário mínimo utilizado: R\$151,00. Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000
Elaborado por Aldina Assunção, 2010.

Para análise das atividades econômicas de Jaci-Paraná (pesquisa de campo 2004) foi pesquisado 420 domicílios (núcleo urbano e zona rural). As atividades econômicas desenvolvidas pelos chefes de família (Figura 08) estão relacionadas principalmente por trabalhos assalariado urbano e rural (26%), de aposentadoria (14%), comércio e prestação de serviços (9%) e renda proveniente da propriedade de (13%) que é desenvolvida com utilização de técnica simples e produtiva, parte

desta atividade é baseada numa agricultura de subsistência, onde a geração dos produtos destina-se primeiramente para o consumo da própria família, relacionadas com o padrão de necessidade e recursos disponíveis no local.

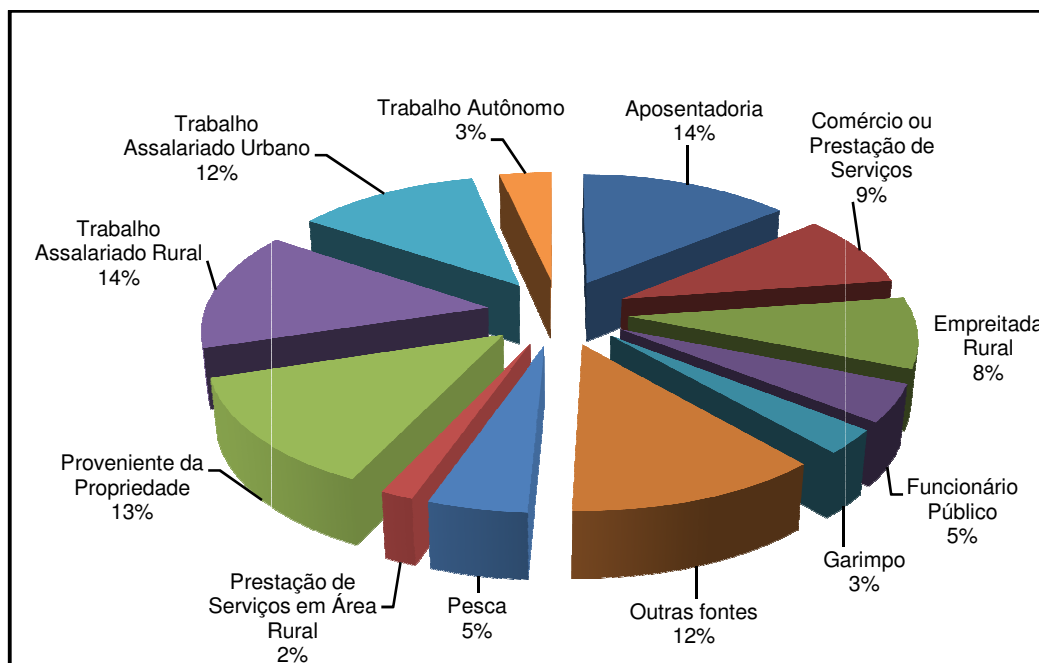


Fig. 08 – Principal Fonte de Renda por Domicílio

Fonte: Pesquisa de Campo, 2004. Banco de Dados LABOGEOPA

Elaborado por Aldina Assunção, 2010.

No que se refere às questões de saneamento básico, segundo dados IBGE (2000) são serviços inexistentes em Jaci-Paraná, visto que nenhum domicílio é atendido pelo serviço público de abastecimento de água, coleta de lixo e apresenta precárias condições de esgotamento sanitário. Evidenciando a situação de que há grande deficiência da atuação do poder público quanto ao atendimento de demandas sociais mais básicas. Ficando a cidade passível de problemas de saúde, contaminação e proliferação de doenças. Ao mesmo tempo sem qualquer preservação com o meio ambiente.

Em relação ao nível de escolaridade dos 1630 habitantes, dos 420 domicílios pesquisados, 850 dos habitantes pertencentes à faixa etária de 21 a mais de 60 anos de idade (Figura 09) apresentam-se com um baixo nível escolar, (33%)

primário incompleto; (12%) primário completo; (13%) nunca estudou e assina o nome e (13%) não alfabetizado, equivalendo mais de 70% dos habitantes pesquisados. Os demais 780 habitantes pertenciam à faixa etária de 0 a 20 anos de idade, dos quais 253 ainda não estavam na idade escolar (0 a 5 anos de idade).

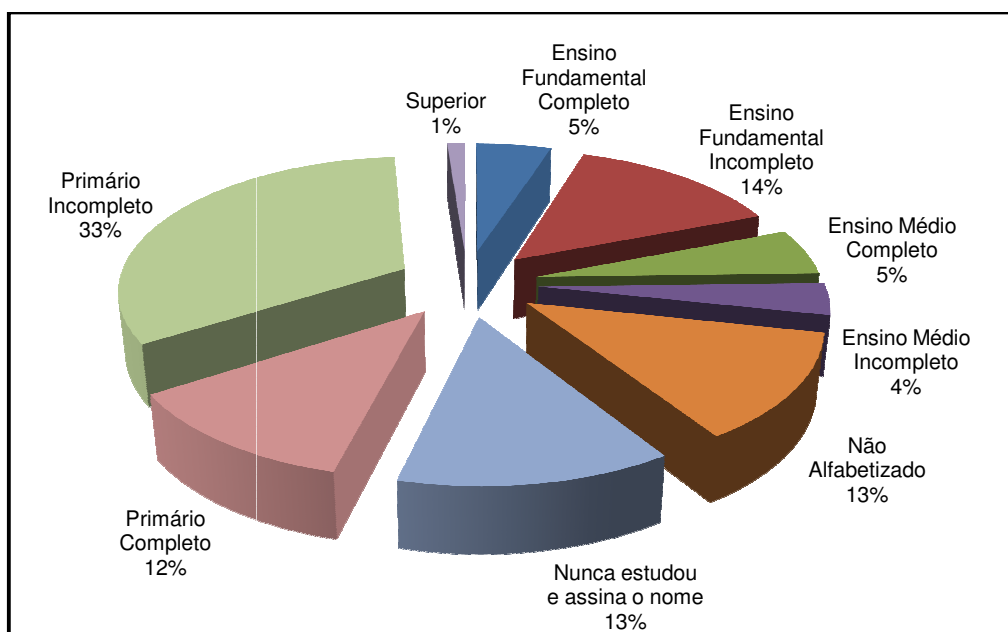


Fig. 09 – Nível de escolaridade população de Jaci-Paraná

(Faixa etária de 21 a mais de 60 anos)

Fonte: Pesquisa de Campo, 2004. Banco de Dados LABOGEOPA

Elaborado por Aldina Assunção, 2010.

A questão do baixo nível escolar no País tem sido um dos principais determinantes da pobreza, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD realizada no ano de 2007 demonstrou a relação entre salário e pobreza e nível de escolarização. No conjunto da população que vivia com rendimento familiar per capita de até meio salário mínimo, cerca de 18% era analfabeto; já nas classes com rendimentos superiores a dois salários mínimos, o percentual era de 1,4% (BOCK, 2009).

O acesso a educação pode vir a ser um importante fator de melhorias as condições de vida da população, pois a educação exerce influência positiva sobre o comportamento humano. Possibilitando um melhor desenvolvimento local, visto que

o mesmo pode está diretamente vinculado a uma boa política administrativa e ligado uma capacidade organizativa do grupo.

Embora neste trabalho não seja possível discutir todos os atuais problemas existentes em Jaci-Paraná, ressaltamos a necessidade de se averiguar, cada caso particular, pois há determinadas situações que são comuns a esses processos de “desenvolvimento” que merecem algumas considerações. Levando em considerando os estudos do EIA/RIMA para a implantação do empreendimento; é necessário levar em conta não somente os efeitos considerados diretos, mas considerar, o conjunto de efeitos adversos e prever as implicações, buscando procedimentos que possam minimizar as conseqüências dos empreendimentos.

CAPÍTULO 5. HIDRELÉTRICAS E OS REFLEXOS NO TERRITÓRIO E NA POPULAÇÃO

5.1 Usos do Território e Suas Modificações em Jaci-Paraná

O entendimento das transformações no território, para a discussão da dinâmica territorial que propomos surge a partir da análise do uso do território o qual abordarmos suas dinâmicas (relação homem x território) considerando o território como o campo das realizações do homem.

Levando em consideração os sistemas de ações políticas, os sistemas de infraestruturas que dão suporte e orientam as atividades econômicas e políticas na de área de estudo, aliada ao entendimento do processo histórico de transformação do desenvolvimento local.

A fase de implantação e construção da AHE's Santo Antônio e Jirau ocasionam para o distrito de Jaci-Paraná efeitos positivos e negativos, os quais estão dimensionados em dois blocos principais para análise deste estudo: questões mais ligadas à economia local e aos aspectos sociais (bem estar da população).

As transformações no território são configuradas por diversas dinâmicas seja social, econômica, física, cultural ou através dos agentes de transformação (grupos econômicos, sociedade, empresas, entre outros).

Isso ocorre no território pelo fato do mesmo estar sempre em atitude dinâmica, sempre em movimento, com processos simultâneos e podem ocorrer no mesmo lugar ou entre diferentes lugares, no mesmo momento ou em distintos momentos e períodos históricos, de acordo com cada situação (SAQUET, 2007).

O território pode ser entendido não apenas como limite político administrativo, mas como espaço efetivamente usado pela sociedade e pelas empresas, tornando-se campo produtivo para se desenvolver diversas ações governamentais, e a partir daí exercendo função importante na formação social brasileira (SOUZA, 2003).

Em alguns casos, podemos considerar que nem sempre o desenvolvimento social está aliado ao desenvolvimento econômico, pois a localidade pode estar submetida a diversos fatores adversos que impedem o desenvolvimento da sociedade em sua maioria. Ou seja, nem sempre podemos considerar as ações estabelecidas pelo interesse de uso do território, como algo produtivo, caso não esteja promovendo desenvolvimento econômico de maneira geral.

As áreas urbanas atingidas pelas hidrelétricas, no caso da usina hidrelétrica de Santo Antônio, são habitadas por população rural residente ao longo das margens do rio Madeira, rios e igarapés cujas águas serão represadas, parte da população residente de Jaci-Paraná (Velha Jaci) e os povoados Amazonas (margem esquerda do rio Madeira) e Teotônio (comunidade a margem direita do rio Madeira); já a usina hidrelétrica de Jirau, a população residente no núcleo urbano o Distrito Mutum-Paraná e em áreas rurais situadas nas margens do rio Madeira e de seus afluentes (COBRAPE, 2006).

O distrito de Jaci-Paraná localiza-se entre os empreendimentos de Santo Antônio e Jirau, portanto, podemos considerar que sofre influências direta e indiretamente das duas hidrelétricas.

Desta forma, a discussão refere-se aos impactos adversos após a implantação das hidrelétricas, buscando construir uma interpretação sobre o atual uso do território e seus reflexos para a população, analisando os impactos sociais e

econômicos para a população do núcleo urbano de Jaci-Paraná, a partir dos questionários e da pesquisa de campo.

5.2 A chegada das Hidrelétricas e suas Transformações

Empreendimentos como este possibilitaram o deslocamento de um grande fluxo populacional para a localidade de instalação, e em Jaci-Paraná em função da oferta de empregos; isso começou a ocorrer a partir da fase de licenciamento das hidrelétricas, por meio dos primeiros impactos percebidos: o crescimento populacional e a especulação imobiliária.

Na fase de implantação do empreendimento hidrelétrico, os primeiros sinais da dinâmica que seriam estabelecidas em Jaci-Paraná (em função de sua localização estratégica) foram percebidos devido à demanda acarretada pela presença local do pessoal contratado refere-se ao aluguel de veículos, alojamento e alimentação de técnicos de outras capitais do país em trabalho de campo na região, atendimento à demanda de bens e mercadorias para utilização no escritório local. Para a construção das usinas espera-se um quantitativo de aproximadamente 20 mil trabalhadores, em 2 anos e meio (31 meses) de construção, pois cada atividade exige uma variada gama de profissionais, que desenvolvem funções específicas (EIA - TOMO C, 2006).

Levando em consideração que uma boa parte deste quantitativo de trabalhadores está alojada em Jaci-Paraná, destacamos que esta nova dinâmica estabelecida, elevou os preços de produtos e serviços, assim como, aumento a demanda por serviços públicos, aumento dos serviços de consumo coletivo que são

necessários a subsistência, necessidade de segurança pública de tal modo que os moradores estão sendo diretamente atingidos (ver Anexo 01).

De acordo com os entrevistados os primeiros indícios das mudanças ocasionadas referem-se ao aumento populacional, que incidiu em outras transformações tais como: alterações no cotidiano urbano, aumento da violência, prostituição e venda e consumo de drogas. Ocasionada pelo processo de migração, ou seja, chegada de trabalhadores em busca de emprego no Distrito ou para as obras da hidrelétrica de Jirau.

No Quadro 03 alguns dos impactos adversos identificados durante os estudos ambientais para as compensações dos impactos sofridos. Os mesmos possuem interferências ambientais, sociais e econômicas para a população de Jaci-Paraná.

Quadro 03 – Impactos Ambientais Adversos dos Aproveitamentos Hidrelétricos de Jirau e Santo Antônio

Impactos	Classificação	Relacionados
Alteração na organização social e política da população	Muito Alta	Estão ligados às perdas sofridas pela população, principalmente aquela residente em áreas ribeirinhas, com reflexos sobre a organização social e a qualidade de vida, bem como aos aspectos referentes à saúde pública.
Ocupação de novas áreas na fase de construção	Muito Alta	
Alterações na qualidade de vida da população na formação dos reservatórios	Muito Alta	
Queda no emprego e na renda dos garimpeiros	Alta	Estão relacionados aos possíveis conflitos da população local com aquelas oriundas de outras regiões, o comprometimento da ocupação de agricultores, garimpeiros e pescadores.
Conflitos de convivência entre população local e migrante	Alta	
Redução do emprego e retração das atividades econômicas	Alta	
Aumento da demanda por serviços públicos	Média	Impactos relativos de caráter temporário, como a demanda por moradia e serviços públicos na fase de mobilização de mão-de-obra.
Aumento da demanda por moradia	Média	
Segmentação de Jaci-Paraná	Baixa	São mais numerosos nos meio biótico e socioeconômico, também com predomínio de impactos temporários com alto potencial de reversibilidade
Intranquilidade da população	Baixa	
Elevação dos preços de mercadorias e serviços na mobilização de mão-de-obra	Baixa	

Fonte: EIA - TOMO C – análise integrada, avaliação de impactos, prognóstico e programas ambientais, 2006. Organizado por Aldina Assunção, 2010.

Apesar das propostas mitigadoras para amenizar os impactos advindos dos empreendimentos hidrelétricos, dentre os impactos destacados no quadro 03, conforme pesquisa de campo verificou-se que os impactos (de classificação: muito alta) pouco fora realizado para amenizar tais impactos, cujas alterações refletem em desorganização administrativa no Distrito, e conseqüentemente alterações na qualidade de vida da população, ocasionado pelo crescimento populacional acelerado e desordenado.

Outro impacto refere-se à ocupação de novas áreas que é considerada de impactos de grande magnitude, não ocorrendo projetos para minimizar estas ocupações de terras, surgiram em áreas de matas diversas moradias (Figura 10).



Fig. 10 - Casas construídas em área de invasão

Fonte: Pesquisa de Campo, Setembro de 2010

Foto: Aldina Assunção

O distrito de Jaci-Paraná é uma localidade com frágil ordenamento fundiário, e que possui precárias condições de suprir esta demanda populacional. Essas ações de invasão resultam de necessidades naturais da ação humana, ações racionais

pelo próprio território, pois é no local onde estão contidos os recursos materiais e também está inserida a atividade do homem que modifica esse espaço. “É o chão mais a população, ou seja, uma identidade, o fato de pertencer aquilo que nos pertencer”. (SOARES, 2009:62).

O aumento da população, associado à insuficiência do poder público em responder às demandas por moradia, condicionou a ocupação ilegal de áreas, com construção de domicílios improvisados e de com pouca infraestrutura (Figura 11).



Fig. 11 - Casas construídas em área de invasão
Fonte: Pesquisa de Campo, Setembro de 2010
Foto: Aldina Assunção

De acordo com COBRAPE (2006:97) as medidas apontadas no EIA/RIMA, para tratamento da questão:

- (i) Estabelecer parceria com a Prefeitura Municipal de Porto Velho com o objetivo de monitorar o mercado imobiliário, visando à identificação de alterações significativas decorrentes da implantação dos empreendimentos;
- (ii) Planejar ações voltadas para o atendimento ao acréscimo de demanda identificada;
- (iii) Apoiar a Prefeitura Municipal na revisão e implantação do Plano Diretor do município, buscando formas de ordenar o crescimento da cidade de Porto Velho e da sede do distrito de Jaci-Paraná.

As ações compensatórias realizadas pelas empresas construtoras juntamente com a Prefeitura de Porto Velho durante os três anos de construção das usinas para o Distrito de Jaci-Paraná: a) pavimentação de algumas ruas; b) construção do centro administrativo; c) construção de uma praça; d) reforma e ampliação do Posto de Saúde; e) reforma de duas escolas municipais.

Conforme pesquisa de campo, realizada junto a Secretaria Municipal Extraordinária de Programas Especiais – SEMEPE, que é responsável por projetos e ações de infraestrutura de compensação das usinas hidrelétricas para a cidade de Porto Velho e os distritos de Mutum-Paraná e Jaci-Paraná. As ações previstas, ainda estão sendo discutidas como projetos a serem realizados.

A Secretaria é responsável pela coordenação geral de todas as ações de compensação social, realizado o acompanhamento dos projetos e ações de outras Secretarias Executoras, no caso, a Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA e Secretaria Municipal de Ação Social - SEMAS.

Nas ações realizadas pela SEMUSA juntamente com a empresa construtora do empreendimento tem-se o Programa Saúde Pública, que visa o monitoramento e prevenção de doenças. A Secretaria realizou juntamente com os moradores de Jaci-Paraná mutirão de limpezas de ruas e distribuição de material educativo orientando o combate a dengue e a malária.

A Secretaria Municipal de Ação Social possui uma sala no Centro Administrativo de Jaci-Paraná (Figura 12), que foi inaugurado em maio de 2010. Mas após cinco meses de inaugurado, ainda não está em funcionamento. O prédio administrativo possui seis salas, das quais 04 estão inoperantes, funcionando provisoriamente uma sala para curso (organizado pela assistente social de Jaci-Paraná) e sala do administrador.



Fig. 12 – Centro Administrativo de Jaci-Paraná
Fonte: Pesquisa de Campo, Setembro de 2010
Foto: Aldina Assunção

Considerações das informações adquiridas durante aplicação do questionário na pesquisa de campo realizada no dia 09 de setembro de 2010.

Para o entrevistado 04 o Distrito de Jaci-Paraná necessita de uma escola, um hospital, uma creche e um posto policial (com mais policiais), pois as ações realizadas até o momento são insuficientes em relação às necessidades das comunidades. “Todos os dias têm pessoas procurando ajuda, por não conseguir atendimento no posto de saúde, por não ter creche ou vaga nas escolas, por não ter um local para morar, além de problemas por falta de alimentação, algumas famílias chegam à situação total de pobreza, buscando emprego e oportunidades de melhores condições de vida”, algumas das necessidades não são possíveis realizar, já que o centro administrativo não possui recursos próprios e/ou não compete à assistência social de Jaci-Paraná resolvê-los.

Os impactos considerados de média magnitude, os quais estão relacionados como impactos de caráter temporário, conforme verificado em campo são os impactos que mais afetam a população, pois estão associados às necessidades básicas da nova população, ou seja, aumento na demanda por serviços públicos e por moradia.

A chegada de novos moradores para o Distrito ocasionou uma maior demanda por serviços básicos de saúde. O distrito de Jaci-Paraná possui um posto de saúde (Fig.13), para atendimento de serviços básicos.



Fig. 13 – Unidade de Saúde da Família – Jaci-Paraná
Fonte: Pesquisa de Campo, Setembro de 2010
Foto: Aldina Assunção

Apesar da reforma e ampliação de duas salas ainda não é suficiente para atender a demanda da população, conforme o diretor do Posto de Saúde, o atendimento é no mínimo de 2.000 pacientes por mês, sendo a malária a doença mais freqüente. E atualmente a unidade de saúde possui quantidade insuficiente de funcionários para atender a demanda dos atendimentos e dos casos mais graves.

Conforme os entrevistados têm-se a necessidade de aumentar o número de funcionários, necessidade de médico para consulta todos os dias (há presença de médico duas vezes por mês) e necessidade de equipamentos básicos de atendimento.

Em relação ao sistema educacional, Jaci-Paraná possui três escolas (uma estadual e duas municipais), possui um colégio estudantil de aproximadamente 2.428 alunos em sala de aula, entre educação infantil, ensino fundamental e médio, educação de jovens e adultos. As escolas administradas pelo Município de Porto Velho foram ampliadas e reformadas. No conjunto de fotos (Figura 14) tem-se Foto 1 – obra: ampliação da Escola Cora Coralina (2009); Foto 2 – antiga estrutura da Escola Vicente Rondon (2009); Foto 3 – Pátio da Escola Maria de Nazaré (2009); Foto 4 – Escola Vicente Rondon (2010).



Fig. 14 – Conjunto de fotos das compensações sociais na área da Educação
 Fonte: Pesquisa de Campo, Setembro de 2009 e 2010
 Foto: Aldina Assunção

Segundo a coordenadora de Assistência Social do Centro Administrativo de Jaci-Paraná, ainda tem muitas crianças fora de sala de aula. Um direito negado para alguns, já que não há vagas nas escolas de Jaci-Paraná.

De acordo com a Lei Nº 8.069, de 13 de Julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e Adolescente⁷. Conforme artigos:

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Em Jaci-Paraná alguns destes direitos não estão lhe sendo assegurados, existe um sério problema relacionado com prostituição infantil (ver Anexo 02 e 03), ocasionado com a chegada de trabalhadores e toda essa dinâmica populacional.

O sistema de segurança pública, que possui um pequeno posto policial está sendo quase que ineficaz para o Distrito, devido o pequeno quantitativo policial para conter tantos problemas, com quatro policiais diariamente, e que mesmo com o aumento populacional continua, com o mesmo quantitativo policial.

Conforme dados adquiridos durante aplicação dos questionários os fins de semana em Jaci-Paraná são os piores dias, pois há uma enorme movimentação dos trabalhadores das usinas, ocasionando intranquilidade à população (ver Anexo 04), devido ao consumo de bebidas e drogas, além de outros problemas de perturbação a comunidade.

⁷ Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm > Acesso em 08 de Fevereiro de 2011.

Vale salientar que estas ações de compensação social efetuadas em Jaci-Paraná são necessidades básicas de uma sociedade, melhoria na qualidade dos serviços públicos de saúde e educação é o mínimo que poderiam receber para minimizar os impactos sofridos nestes aspectos. Entretanto, conforme os entrevistados as obras efetuadas não contribuíram de forma geral na compensação dos impactos sofridos.

Conforme informações dos entrevistados que participaram das reuniões de audiência pública, as melhorias de infraestrutura continuam ainda como promessas (saneamento básico, construção de um mini-hospital, energia elétrica estável, água encanada), promessas efetuadas durante o processo de licenciamento da construção.

No início da implantação das hidrelétricas a população de Jaci-Paraná tinha boas expectativas em relação ao empreendimento, pois havia perspectivas de emprego, oportunidades de trabalho e de melhorias na qualidade de vida. No entanto, após três anos de início da construção da hidrelétrica de Santo Antônio, o Consórcio Santo Antônio Energia (responsável pela compensação financeira, social e ambiental), juntamente com a gestão municipal, as ações estão sendo insuficientes para compensar os transtornos causados. O fato do Distrito não possui autonomia administrativa, dependendo da administração de Porto Velho, dificulta ainda mais os anseios da população.

Quando perguntado em relação às modificações positivas (Figura 15) e negativas (Figura 16) para o Distrito, com o início das obras das hidrelétricas, obtivemos como principais pontos positivos às obras de compensação social. Além da oferta de emprego citada por 20% dos entrevistados. E entre os pontos negativos

tem-se elevado índice de prostituição, consumo de drogas e uso excessivo de bebidas.

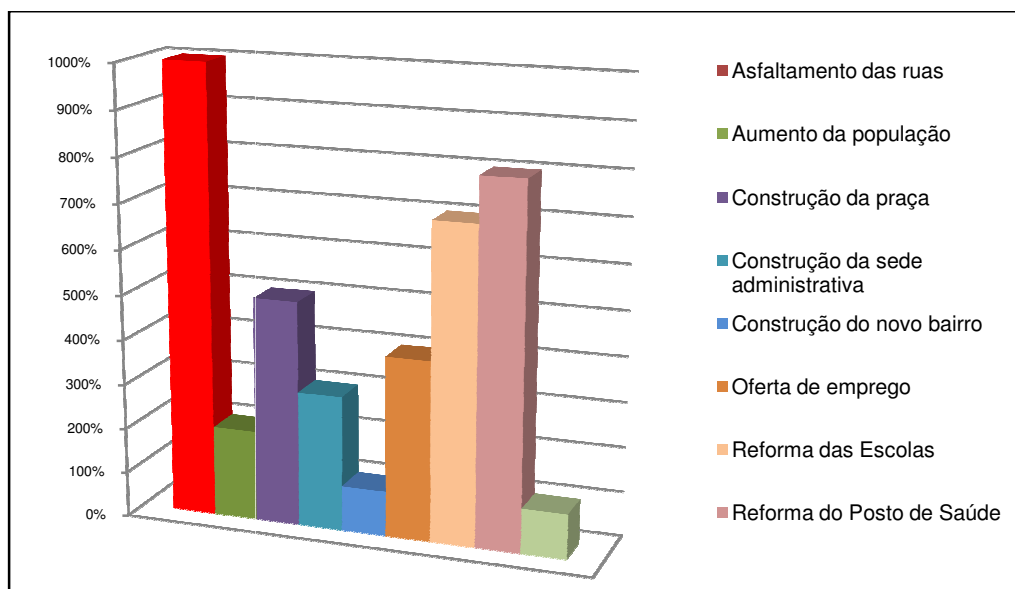


Fig. 15 – Modificações Positivas em Jaci-Paraná
Fonte: Pesquisa de Campo, Setembro de 2010

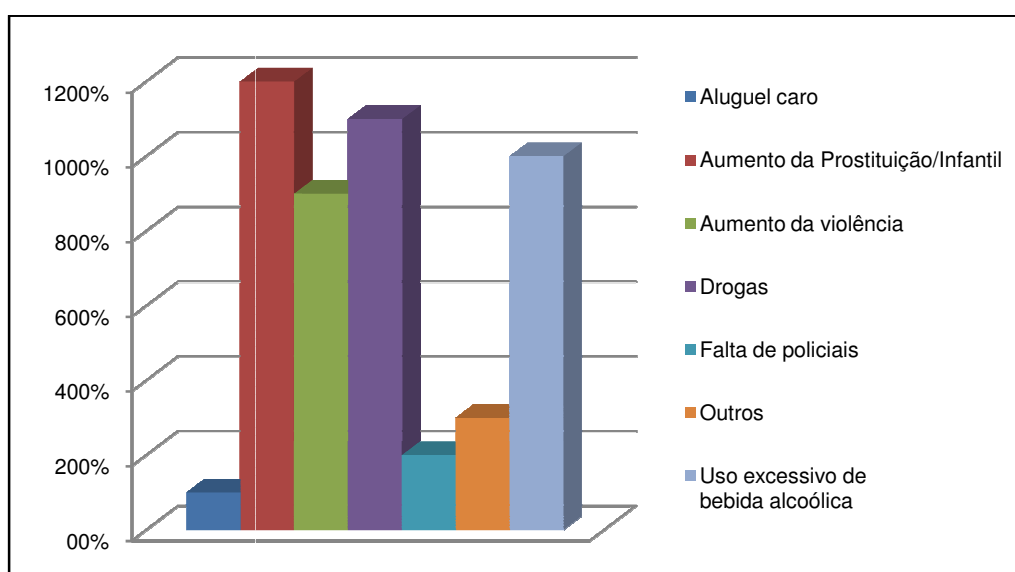


Fig. 16 – Modificações Negativas em Jaci-Paraná
Fonte: Pesquisa de Campo, Setembro de 2010

A construção das hidrelétricas até o atual andamento proporcionou para a população de Jaci-Paraná: aumento na oferta de emprego, crescimento do comércio local, diversidade e oferta diferenciadas de produtos, em sua maioria, relacionada com o aumento populacional.

Para uma região com carência de postos de trabalho, realmente há um crescimento no emprego, no entanto, a construção das hidrelétricas não pode dar uma falsa impressão de melhorias na qualidade de vida da população atingida, ou de crescimento econômico para a localidade.

As ações efetuadas não atendem plenamente os atuais anseios da população do Distrito, algumas das medidas mitigadoras, ainda estão sendo tratadas como ações a serem realizadas, quando na realidade deveriam estar em plena execução, pois os transtornos estão sendo muitos em relação às ações realizadas.

5.3 O Atual Uso do Território

O uso do território está sendo analisado como produto do espaço passível de modificações geradas pela construção das hidrelétricas e dos processos migratórios. Por meio dos dados secundários e dos questionários realizados em campo, foi possível reconhecer uma série de questionamentos sociais e da dinâmica estabelecida no núcleo urbano de Jaci-Paraná.

A construção das UHE's de Santo Antônio e Jirau é um acontecimento promovido para o aproveitamento hídrico, resultante de uma necessidade nacional e é imposta ao meio natural, para uma sociedade, os quais passam por transformações econômicas, sociais ou culturais. Cabendo para esta sociedade adequar-se as conseqüências da implantação das hidrelétricas e seus problemas e conflitos sociais.

Para fins de melhor detalhamento do uso do território, destacamos de forma simbólica alguns usos do território em Jaci-Paraná:

✓ Território da População

A população de Jaci-Paraná cresceu assustadoramente nos últimos três anos, apesar de não se encontrar dados oficiais e atuais deste quantitativo populacional. A chegada de novos moradores para locais onde estão sendo implantados grandes projetos é comum na cultura do País. No entanto, o aumento da populacional pode ter várias conseqüências negativas, causa preocupação para a administração pública, agravando os problemas associados à criação de empregos, habitação, educação, saúde e segurança pública.

O aumento da população pode ser considerado como incentivador da pobreza, da desigualdade social, do desgaste ambiental, do desemprego, ao mesmo tempo, como um acontecimento capaz de gerar conseqüências positivas para sociedade através do aumento da densidade populacional, propiciando demanda por mercadorias e, conseqüentemente estimulando a economia.

Para os habitantes o território remete ao sentimento de pertencer aquele lugar, local de suas práticas diárias, de busca por emprego, de melhoria das condições de vida, ou seja, a luta pela sobrevivência.

✓ Território Econômico

Considera-se o território econômico por meio das ações desenvolvidas envolvendo pessoas, bens, serviços e capital de circulação. A construção das hidrelétricas reflete positivamente para ações e projetos de melhorias de infraestrutura para a cidade de Porto Velho e para Jaci-Paraná, conseqüentemente, desenvolvimento econômico, que poderá refletir em ações sociais.

Contudo, nem sempre os projetos e ações planejadas alcançam seus objetivos, e a população local, que é a principal receptora dos impactos, tem suas necessidades sufocadas por interesses financeiros.

Apesar dos impactos negativos, a construção das hidrelétricas também apresenta impactos positivos, para a economia local. Os atores que possuem atividade na área econômica, alguns estão em processo de expansão (hotéis, restaurantes, comércio de materiais de construção, entre outros), visto que, existem outros empreendimentos relacionando as compensações das usinas, que atualmente fortalecesse a economia local, possibilitando, avanços temporários da economia de Jaci-Paraná.

✓ Território da Prostituição

A prostituição e consumo de drogas se disseminou em função do crescimento populacional, da deficiência de fiscalização e da ausência de policiamento qualificado para atuação ao combate destes problemas. O maior problema com a prostituição é o fato de muitas mulheres serem menores de idade.

O território da prostituição é conceituado como a apropriação, durante certo período de tempo, de uma rua ou um conjunto de logradouros por um determinado grupo de prostitutas, michês e travestis, que através de uma rede de relações, da adoção de códigos de fala, expressões, gestos garantem e legitimam essas áreas como territórios para a prática de tal atividade (RIBEIRO & MATOS, 1996).

Neste momento o território passa a ser visto como uma apropriação simbólica, diferente daquela perspectiva já abordada anteriormente em entre outros

autores, onde as relações de poder se realizam através de um domínio ou controle politicamente estruturado de um espaço.

Vale salientar que ocorrem outras transformações no território, resultando outros efeitos e compreender esses processos é de suma importância para entendermos como os grandes projetos de investimentos interferem na organização do território.

Entender alguns dos novos processos em curso em Jaci-Paraná, está além de investigar apenas as questões referentes aos aspectos sociais e econômicos, os quais podem se traduzir por problemas existentes no território. A configuração de novas relações de poder pode ser expressa por diferentes atores sociais, que pode ou não está inserido nos processos decisório do uso do território.

DISCUSSÕES FINAIS

A construção do complexo hidrelétrico ocasionou para o Distrito de Jaci-Paraná um intenso fluxo migratório, que acarretou em modificações em sua paisagem, conflitos em seu espaço social e disseminou novos territórios. Os problemas sociais e econômicos da sociedade foram agravados a partir de ocupações de uma nova população.

O aumento populacional gerou transtornos para a cidade, pois as condições de infraestrutura ofertada não atenuaram os problemas causados com a chegada de novos habitantes e trabalhadores, incidindo também, em alterações no cotidiano urbano, gerando aumento da violência, descontrole da prostituição e consumo de drogas.

As compensações sociais já realizadas estão voltadas para melhoramento dos serviços públicos na saúde e educação, campanhas de exploração sexual, contra proliferação de endemias. No entanto, os sistemas de serviços públicos não acompanham a demanda populacional e são oferecidos serviços para uma população de sete anos atrás.

Os impactos averiguados junto aos moradores e os efeitos negativos são mais evidenciados perante os efeitos positivos, proporcionando entre os benefícios da implantação da hidrelétrica a oferta de emprego e avanço econômico para proprietários de estabelecimento comerciais.

Em virtude da dinâmica estabelecida no Distrito de Jaci-Paraná conclui-se que a gestão pública apresentou escassa prioridade para com os moradores, atraso nas obras de infraestrutura, descaso em alguns problemas (atendimento médico, segurança pública), certa ineficiência para as transformações locais, ou seja, não

apresentou organização administrativa para os efeitos negativos do empreendimento hidrelétrico.

Jaci-Paraná necessita de um planejamento adequado que ofereça o suporte necessário às transformações, e que contribuía com as necessidades básicas de qualidade de vida, para que a tomada de decisões tenha verdadeiramente reflexos sobre as condições sociais e econômicas da população.

As ações sociais deveriam estar relacionadas num conjunto de políticas públicas em apoio ao desenvolvimento regional, associada às diversas extensões do desenvolvimento econômico e social, buscando articular a participação local no âmbito das comunidades, possibilitando assim, um conjunto de modificações positivas no meio social.

A implantação de uma usina hidrelétrica pode se tornar um evento significativo que desencadeia progresso e desenvolvimento para diferentes atores sociais envolvidos, voltadas a processos de desenvolvimento econômico, desde que haja empenho através dos investimentos. Pode ocasionar novos usos do território, no entanto, é necessário averiguar se os usos atuais são convenientes para a maioria inserida no processo.

BIBLIOGRAFIA

ARANHA SILVA, E. et al. **Usinas hidrelétricas e os impactos socioambientais: caso reassentamento porto João André – Brasilândia/MS**. In: IV Congresso Brasileiro de Geógrafos. 2004. Disponível em: www.igeo.uerj.br.

BRASIL. **Estudo para estudos para licitação da expansão da geração AHE Jirau**. Ministério de Minas e Energia. Empresa de Pesquisa Energética. Brasília, 2008.

BRASIL'92: **Perfil ambiental e estratégias**. Governo de São Paulo, Secretaria do Meio Ambiente. São Paulo: 1992.

BOCK, A. M. B. **A desigualdade social e a educação: a dimensão subjetiva do processo educacional**. In: IX Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional. ABRAPEE, São Paulo, 2009.

BOEIRA, S. M. **Estudo da dinâmica territorial rural – a implantação da usina hidrelétrica barra grande no planalto sul catarinense**. Florianópolis: UFSC, 2006. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas), Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

BORTOLETO, E. M. **A Implantação de Grandes Hidrelétricas: desenvolvimento, discurso e impactos**. In: Geografares, Vitória, nº 2. jun. 2001. Disponível em: <http://www.ufes.br/>

CABRAL, J. F. B. **Hidrelétrica de Jirau e os impactos socioambientais no alto rio madeira – análise da configuração territorial**. Porto Velho: UNIR, 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho-RO, 2007.

CABRAL, J. F. B. *et al.* **Hidrelétricas do Alto Madeira/ Rondônia – contribuições aos estudos de impacto ambiental**. In: I Encontro Ciências Sociais e Barragens. Rio de Janeiro: 2005.

CARLOS, A. F. A. **“Novas” contradições do espaço**. In: DAMIANI, A. L.; SEABRA, O. (Orgs.). O espaço no fim do século: a nova raridade. São Paulo: Contexto, 2001.

CASTRO. I. E. de. **Geografia e Política**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: 2005.

CAVALCANTE. M. M. de A. **Transformações territoriais no alto rio madeira: hidrelétricas, tecnificação e (re) organização**. Porto Velho: UNIR, 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Rondônia. Porto Velho-RO, 2008.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.

COBRAPE – Cia. Brasileira de Projetos e Empreendimentos. **Relatório de análise do conteúdo dos estudos de impacto ambiental (EIA) e do relatório de impacto ambiental (RIMA) dos aproveitamentos hidrelétricos de Santo Antônio e Jirau, no Rio Madeira, Estado de Rondônia.** Ministério Público, 2006.

COELHO, A. L. N. **Geomorfologia fluvial de rios impactados por barragens.** In: revista on line Caminhos de Geografia, v. 9, n. 26 Jun/2008, Uberlândia, 2008.

COUTO, R. C. **Saúde e hidrelétricas na Amazônia: O caso Tucuruí - PA.** In: I Encontro Ciências Sociais e Barragens. Rio de Janeiro: 2005.

DOLLFUS, O. **O Espaço geográfico.** 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: 1991.

EIA. Estudo de Impacto Ambiental. TOMO C – **Análise integrada, avaliação de impactos, prognóstico e programas ambientais.** Aproveitamentos Hidrelétricos Santo Antônio e Jirau. 2006.

ELETROBRÁS. **Manual de estudos de efeitos ambientais dos sistemas elétricos.** 2ed. Eletrobrás. Departamento de Engenharia e Meio Ambiente. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <http://www.eletrobras.gov.br/>

FEARNSIDE P. M. **A Hidrelétrica de Samuel: lições para as políticas de desenvolvimento energético e ambiental na Amazônia.** Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Manaus, 2004.

FINN. K. **A relevância do interesse público na implantação de barragens hidrelétricas em terras indígenas.** Curitiba: PUCPR, 2006. Dissertação (Mestrado em Direito Econômico e Social) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba-PR, 2006. Disponível: <http://www.biblioteca.pucpr.br/>.

GAVIÃO, A. B. **Gestão de conflitos ambientais frente à implantação de hidrelétricas: estudo de caso do aproveitamento hidrelétrico de Itapebi/BA.** Bahia: UNIFACS, 2006. Dissertação (Mestrado em Regulação da Indústria de Energia). Universidade de Salvador, Salvador-BA, 2006.

GEHLEN, I.; RIELLA, A. **Dinâmicas Territoriais e Desenvolvimento Sustentável.** Sociologias, ano 6, nº 11. Porto Alegre, 2004. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/>

GODOI FILHO, J. D. **Políticas Públicas.** In: Seminário Nacional sobre Universidade e Meio Ambiente. Belo Horizonte – MG. Brasília: IBAMA, 1992.

GODOY, A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa** – tipos fundamentais. RAE – Revista de administração de empresas, v.35, n. 3, São Paulo, 1995.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização. Do fim dos territórios a multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

IBGE, **Primeiros Resultados do Censo 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em 03 de dezembro de 2010.

IBGE. **Sinopse preliminar do censo demográfico 2000** - Rondônia. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

IBGE. **Relatório: uma análise da atual divisão político administrativa do município de Porto Velho**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Porto Velho: IBGE, 1999.

IBGE. **A organização do espaço na faixa da Transamazônica**. Fundação Instituto de Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

INATOMI, T. A. H. e UDAETA M. E. M. **Análise dos impactos ambientais na produção de energia dentro do planejamento integrado de recursos**. 2005. Disponível em: <http://www.cori.rei.unicamp.br/>

JERONYMO, A. C. J. **Deslocamentos de populações ribeirinhas e passivos sociais e econômicos decorrentes de projetos de aproveitamento hidrelétrico: a UHE Tijuco Alto/SP-PR**. São Paulo: USP, 2007. Dissertação (Mestrado em Energia), Universidade de São Paulo, São Paulo-SP, 2007.

LAMOSO, L. P. **A infraestrutura como elemento organizador do território**. In: Questões nacionais e regionais do território brasileiro. Orgs. Marcio Rogério Silveira, Lisandra Pereira Lamoso, Paulo Fernando C. Mourão. São Paulo: Expressão Popular: UNESP, 2009.

MACIEL, A. C. **Dinâmica do processo de ocupação sócio-econômica de Rondônia: trajetórias e tendências de um modelo agropecuário na Amazônia**. Belém: UFPA, 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sócio-Ambientais) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA, Belém-PA, 2004.

MARCONI. M. de A. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados** / Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. 3ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MARTINS, E. R. **Geografia e Ontologia: o fundamento geográfico do Ser**. GEOUSP - Espaço e Tempo. São Paulo, nº 21, p. 33 – 51. 2007

MATIAS, F. **Ocupação humana e trajetória política de Rondônia**. Porto Velho: Pioneiros, 1998.

MENDES, M. **Aspectos históricos e gerais do estado de Rondônia**. (mimeo) s/d.

MEDEIROS, R. M. V. **Território, espaço de identidade**. In: Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. Orgs. Marcos Aurélio Saquet; Eliseu Savério Sposito. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP, 2009.

MULLER, A. C. **Hidrelétricas, meio ambiente e desenvolvimento**. São Paulo: Makron Books, 1995.

NUNES, D. D. (coord.). Universidade Federal de Rondônia. **Caracterização das potencialidades sócio-econômicas do alto rio madeira e sua espacialidade a partir do uso do geoprocessamento e cartografia digital** Relatório Técnico de Pesquisa, Porto Velho-RO, 2005.

NUNES, D. D. **Hidrovia do Madeira: (re)configuração espacial, integração e meio ambiente**. Belém: UFPA, 2004. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sócio-Ambiental) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará. Belém-PA, 2004.

OLIVEIRA, M. M. de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

OLIVEIRA, R. P. de. **Mito e modernidade na trilogia Amazônica de João de Jesus Paes Loureiro**. Belém: NAEA, 2003.

PAZ, L. R. L. da. **Hidrelétricas e Terras Indígenas na Amazônia: Desenvolvimento Sustentável?** Rio de Janeiro, 2006. Tese (Doutorando em Planejamento Energético), Universidade Federal do Rio de Janeiro, COPPE, Rio de Janeiro- RJ, 2006. Disponível: <http://www.ppe.ufrj.br/>.

RAFFESTIN, C. **A Produção das estruturas territoriais e sua representação**. In: Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. Orgs. Marcos Aurélio Saquet; Eliseu Savério Sposito. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP, 2009.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REIS, M. de M. **Custos Ambientais Associados à Geração Elétrica: Hidrelétricas x Termelétricas à Gás Natural**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001. Tese (Doutorando em Planejamento Energético), Universidade Federal do Rio de Janeiro, COPPE, Rio de Janeiro-RJ, 2001. Disponível em: <http://www.ppe.ufrj.br/>

RONDÔNIA. **Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico**. PLANAFLORO. Porto Velho, 2000.

RIBEIRO, M. A. C.; MATTOS R. B. de. **Territórios da prostituição nos espaços públicos da área central do Rio de Janeiro**. Revista Território, 1 (1), 1996.

SANTOS, M. **O retorno do território**. In: OSAL: Observatório Social de América Latina. Ano 6 nº 16. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar>

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, S. C.; NACKE, A. **A Implantação da UHE Machadinho num cenário privatizando: um caso para reflexão**. In: **Hidrelétricas e Populações Locais**.

Orgs. Maria José Reis, Neuza Maria Sens Bloemer. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001.

SAQUET, M. A. **Por uma abordagem territorial**. In: Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. Orgs. Marcos Aurélio Saquet; Eliseu Savério Sposito. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP, 2009

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções sobre o território**. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SCHIFFER, S. R. **A globalização da economia e o território nacional. Indagações prospectivas**. In: Território: Globalização e Fragmentação. Milton Santos, Maria Adélia A. de Souza, Maria Laura Silveira (org). 5ª Ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

SILVA, A. G. da. **No rastro dos pioneiros: um pouco da história rondoniana**. Porto Velho: SEDUC, 1984.

SILVA FILHO, G. A. **Toponímia de Rondônia** in: Revista Brasileira de Geografia. Vol. 57, nº 3 (julho/setembro) – Rio de Janeiro: IBGE, 1995.

SOARES, L. A. A. **O enfoque sociológico e da teoria econômica no ordenamento territorial**. In: Ordenamento Territorial: coletânea de textos com diferentes abordagens no contexto brasileiro/Flávio Gomes de Almeida, Luiz Antônio Alves Soares (organizadores). – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

SOUZA, E. A. et. al. **As populações ribeirinhas e a ansiedade gerada pelo projeto de construção da hidrelétrica em Caçu (GO)**. In: Simpósio Regional de Geografia. Universidade Federal de Goiás. 2007.

SOUZA, M. A. A. **Território Brasileiro: usos e abusos**. Edições Territorial. Campinas: 2003. Disponível em: <http://www.rc.unesp.br>

SOUZA, M. A. A. de. **Geografias da desigualdade: globalização e fragmentação**. In: Território: Globalização e Fragmentação. Milton Santos, Maria Adélia A. de Souza, Maria Laura Silveira (org). 5ª Ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

TUCCI, C. E. M. **Análises dos Estudos Ambientais dos Empreendimentos do Rio Madeira**. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Brasileiro de Meio Ambiente – IBAMA: 2007.

TUNDISI J. G. **Exploração do potencial hidrelétrico da Amazônia**. Estudos Avançados 21 (59), 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em Julho de 2010.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos** / Robert K. Yin; trad. Daniel Grassi. 3ª Ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

APÊNDICE

Universidade Federal de Rondônia
Mestrado em Geografia
Laboratório de Geografia e Planejamento Ambiental
Projeto: Dinâmica Territorial em Jaci-Paraná: Reflexos da Implantação da
Hidrelétrica de Jirau.

Questionário de Pesquisa

Data da entrevista: ____/____/____

Identificação do Entrevistado

Nome: _____

Idade: _____ Local de Nascimento: _____

Tempo de Residência: _____ Aonde residia antes? _____

1. Qual a sua ocupação em Jaci-Paraná? (órgão aonde trabalha ou atua).
2. Foi informado das mudanças que poderiam ocorrer em Jaci-Paraná em função das obras?
 - 2.1 Sobre como destas mudanças?
 - 2.2 Quais as positivas e as negativas?
3. Sabe informar quais as benfeitorias (curto médio e longo prazo) que o Distrito receberá em função dos impactos da construção da usina?
4. Já notou alguma modificação após o início da construção da hidrelétrica? Comentar sobre. (benfeitorias ou impactos)
5. A instalação da hidrelétrica já contribui ou irá contribuir de que forma para sua atividade econômica?

ANEXOS

ANEXO 01

Jaci-Paraná vive problemas com o crescimento populacional

terça-feira, 27 de outubro de 2009



O distrito de Jaci-Paraná (90 quilômetros de Porto Velho) vive hoje um boom populacional provocado pela construção das usinas do Madeira. A população assiste a rotina da pacata vila sendo alterada por problemas de cidade grande.

Uma vila que sofre pela falta de saneamento básico, em que os moradores bebem água, lavam roupa e tomam banho em igarapés e no rio, agora presencia um crescimento do número de acidentes de trânsito, a superlotação da única unidade de saúde, a falta de moradia e o aumento de drogas e prostituição causado pelo impacto dos empreendimentos hidrelétricos.

A população do vilarejo pulou de 4.500 para mais de 12 mil pessoas em um ano, segundo o administrador de Jaci-Paraná, Nilton Barbosa Rosa.

“Casa para morar ou alugar é uma raridade”. A situação já preocupa os moradores tradicionais.

A funcionária pública Edileusa Jesus Chaves, 39 anos, nascida em Jaci-Paraná, conta que à noite não tem mais sossego por causa do barulho dos bares e do consumo de drogas.

“Fica perigoso até para a gente lavar a louça e roupas no igarapé porque passando do nosso lado sem nenhum respeito e vão usar droga no mato”, disse.

O autônomo Sebastião Pereira Silva, 60 anos, relata que no igarapé que a família usa para tomar banho, lavar roupa e louça, os drogados não escondem mais nem as embalagens da cocaína.

“Durante a noite toda vem gente aqui se drogar, é muita gente mesmo, tanto que faz meio que as mulheres e crianças usem o igarapé porque a reação de um drogado é perigosa”, conta.

O sargento da Polícia Militar, Silverio confirma que as ocorrências de drogas aumentaram no último ano, segundo ele existe uma grande dificuldade de enfatizar fiscalizações específicas. “A noite temos um efetivo reduzido (quatro policiais) com isso não temos como fazer um trabalho específico, pois é muita gente para atender. A população aumentou. Nos bares por exemplo, não dá para chegar e fazer uma fiscalização apurada, por que são poucos os policiais para tanta gente que chegou” diz. Afalta de delegacia no distrito é outra condição que atrapalha o trabalho da polícia.

A grave situação é criticada pela moradora Idália Chaves Rodrigues, 46 anos, “Se você andar à noite pela cidade vai encontrar crianças e adolescentes em lugares que deveriam ser proibidos, eles ficam espalhados pelas ruas e bares, muitos até se prostituindo”.

Fonte: Diário da Amazônia

Disponível: <http://rondoniadigital.com>. Acesso em 22 de fevereiro de 2011.

[Justiça](#)

Jirau: MPs recomendam ações sociais efetivas em Jaci-Paraná

quarta-feira, 9 de fevereiro de 2011

MP/RO e MPF/RO recomendam medidas para reduzir a prostituição e o tráfico de drogas no distrito

O Ministério Público de Rondônia (MP/RO) e o Ministério Público Federal em Rondônia (MPF/RO) expediram recomendação conjunta ao Estado de Rondônia e ao Município de Porto Velho para que implementem ações sociais efetivas para reduzir a prostituição e o tráfico de drogas em Jaci-Paraná, distrito que abriga as obras da usina hidrelétrica de Jirau. Na recomendação, os MPs também orientam as administrações estadual e municipal a executarem ações nas áreas de educação, saúde, segurança pública e infraestrutura urbana, principalmente no que se refere a pavimentação e esgoto.

Para os Ministérios Públicos, as ações social e ambiental realizadas até o momento pelo poder público têm sido insuficientes para aplacar o impacto causado pelo empreendimento à comunidade local.

Ao expedirem a recomendação, MP/RO e MPF/RO destacam que as medidas de compensação social estão sendo aplicadas, por meio de ações governamentais, em setores alheios aos dos impactos causados pelo empreendimento. Nesse sentido, ressaltam que órgãos, instituições e poderes, ao receberem recursos mitigadores ou compensatórios, devem priorizar investimentos nas áreas de maior impacto social/ambiental.

Os Ministérios Públicos afirmam que a construção das usinas do Madeira tem acarretado e ainda acarretará diversos efeitos nas áreas social, ambiental, econômica, urbanística, infância, juventude, educação, saúde e segurança pública, dentre outras, as quais precisam ser previstas, monitoradas e eficazmente trabalhadas. Só assim será possível que medidas mitigadoras ou compensatórias sejam implementadas no momento adequado, sendo direcionadas para as reais necessidades sociais e destinadas aos locais e núcleos populacionais que delas mais necessitem.

Fonte: MPF/RO e MP/RO



Disponível: <http://rondoniadigital.com>. Acesso em 22 de fevereiro de 2011.

GERAL

Segunda-feira, 11 de janeiro de 2010 - 11:07

Alto custo**Hidrelétricas aumentam crimes sexuais em Rondônia, diz Juizado**

Prostituição, abuso sexual, cárcere privado e corrupção de menores são alguns dos impactos sociais detectados pelo Juizado da Infância nas proximidades das áreas onde são construídas as usinas hidrelétricas do Rio Madeira. O aumento da população e falta ou ineficácia de políticas públicas voltadas para a proteção de crianças e adolescentes estão entre as causas do crescimento das demandas a serem combatidas pelo Comissariado de Menores de Porto Velho.

Rondônia vive o seu quarto ciclo econômico e as consequências do desenvolvimento repentino aumentam a preocupação do juiz da Vara de Infância e Juventude, Dalmo Antônio de Castro Bezerra. Ele ressalta que os trabalhos têm sido intensificados e nos dois últimos meses foram realizadas cinco operações nas proximidades dos carteiros de obras em parceria com as polícias federal, rodoviária, militar e civil.

O juiz observa que o problema precisa ser combatido de forma urgente por todas as esferas do poder público e da própria sociedade. "Temos que contar com a ajuda da população por meio de denúncias. Nossa equipe está empenhada para combater as redes criminosas organizadas", explicou o juiz.

Comissariado

Megaoperações estão sendo montadas para desarticular os prostíbulos nas imediações das usinas. É o que afirma o coordenador do Comissariado de Menores, Raiclin Lima da Silva. Ele revela que há relatos de que trabalhadores chegam a gastar todo o salário numa única noite e que houve um crescimento de aproximadamente 400% em estabelecimentos comerciais em Jaci-Paraná, localizado a 80 quilômetros de Porto Velho, na BR-364, sentido Rio Branco.

Hoje, segundo Raiclin, residências são transformadas em quartos de aluguel e lan house em prostíbulos. "Nas últimas operações foram fechados estabelecimentos comerciais, encontradas armas de fogo e toda área foi mapeada para otimizar nossas ações", salientou o comissário.

Consequências

De acordo com a assistente social da Vara de Atendimento à Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar e Crimes contra Criança e Adolescentes da capital, Maria Inês Soares de Oliveira, a situação é grave e requer atenção. "Aqui na Vara temos relatos não oficiais por parte da população. Nossa maior dificuldade é mobilizar as vítimas para que façam a denúncia. Muitas têm medo de represálias ou são atraídas pelas vantagens financeiras, por isso são coniventes com os agressores", afirmou a assistente social.

Fatos dessa natureza violam os direitos das crianças e dos adolescentes e podem gerar outros problemas sociais sérios como gravidez indesejada, doenças sexualmente transmissíveis e danos psicossociais. "É necessário políticas públicas para combater as consequências negativas geradas com o crescimento de Rondônia", completou.

A população pode colaborar no combate as ações criminosas denunciando através dos telefones (69) 3217-1264 e 8425-4443. O Juizado da Infância e Juventude dispõe de equipes 24 horas para atender aos chamados da sociedade.

Fonte: TJ-RO

Autor: TJ-RO

Disponível: <http://www.rondoniagora.com>. Acesso em 02 de novembro de 2010.



DIÁRIO DA
AMAZÔNIA

FAÇA BONITO.
DIGA NÃO



A
CONTRA CRI

CANAIS

Capital
Cidade
Cultura
Esporte
Política
Opinião

ESPECIAL

Roteiro Cultural
Colunistas
Galeria

Promotores exigem apoio a Jaci Paraná

01/12/2009

 Curtir 155

Os Ministérios Públicos Estadual e Federal vão tomar medida para cobrar providências para o atendimento da população de Jaci-Paraná (90 quilômetros da Capital) que sofre impacto da construção das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau.

A medida foi determinada depois de uma visita ao distrito, quando foram constatados problemas nos setores de saúde e segurança, além de prostituição infantil, falta de escolas e clima de insegurança de lideranças locais, que denunciavam ameaças constantes.

Segundo a assessoria do MPF, "o distrito teve sua população duplicada desde a construção das usinas, e é atendido por apenas uma equipe médica do Programa Saúde da Família, que só comparece ao posto a cada 15 dias. Nos dias de consultas agendadas, são atendidas entre 20 a 25 pessoas, além dos casos de emergência. A estrutura física e de material do posto é precária.

No posto da Polícia Militar, os militares encontraram apenas dois policiais de plantão. O posto, que passa por reforma, não oferece segurança. Além disso, todos os presos têm que ser trazidos para Porto Velho, porque não há delegacia no local.

Disponível: <http://www.diariodaamazonia.com.br>. Acesso em 25 de novembro de 2010.